

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES PÚBLICAS, PROPAGANDA E TURISMO

LAURA PEREIRA LOH

All American Boy:
análise do discurso construído pelos jornais estadunidenses sobre o caso Ted Bundy

São Paulo

2021

LAURA PEREIRA LOH

All American Boy:

análise do discurso construído pelos jornais estadunidenses sobre o caso Ted Bundy

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda.

Orientador: Prof. Dr. João Luis Anzanello Carrascoza

São Paulo

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa desde que citada a fonte.

**Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)**

Loh, Laura Pereira

All American Boy: Análise do discurso construído pelos jornais estadunidenses sobre o caso Ted Bundy / Laura Pereira Loh; orientador, João Luis Anzanello Carrascoza. - São Paulo, 2021.

87 p.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Programa de Pós-Graduação em / Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Bibliografia

1. Discurso das mídias. 2. Jornalismo. 3. Representações. 4. Estereótipos. 5. Ted Bundy. I. Anzanello Carrascoza, João . II. Título.

CDD 21.ed. - 659.1

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

LAURA PEREIRA LOH

All American Boy:

análise do discurso construído pelos jornais estadunidenses sobre o caso Ted Bundy

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo como requisito para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda.

Aprovado em: ___ / ___ / _____

Banca Examinadora:

Orientador: _____

Instituição: _____

Membro Titular: _____

Instituição: _____

Membro Titular: _____

Instituição: _____

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar agradecendo a minha família, que apesar das minhas incertezas e dos altos e baixos, foram sempre um apoio e uma calma em meio a momentos de surto. Não poderia agradecer o suficiente pelo espaço que vocês me deram durante a criação deste trabalho e por toda a base que vocês foram durante toda a graduação que passei longe de casa, vivendo um sonho de estudar um curso que amo em uma faculdade pública, conquista que tenho hoje graças a vocês, Regina, Watson e até você, William.

Longe de casa, encontrei uma família e um lar muito maiores do que eu poderia imaginar e aos quais tenho muito a agradecer. Aos meus irmãos juniores: os momentos vividos intensamente, as trocas, os aprendizados e o amor que recebi de vocês e que espero ter dado em troca são únicos e eu não trocaria essa vivência por nada no mundo. Vocês foram uma força durante esses últimos anos e não tenho palavras para descrever o quão importantes vocês foram e são para mim. Liv, Dê, Line, Barns, Mari, Kenjinho, Naclau, Mans, Belle, Gu, Tutu, Marquinhos, Guga, Ginha, Gabs, Caio, Gabi e Lirou: obrigada por tudo o que vivemos e pelo que ainda está por vir, amo muito vocês.

Ao Rod e à Nomi, que tornaram as vivências em aula, as festas, os trabalhos e as noites em claro fazendo Effie em momentos de muita risada, algumas frustrações, mas de muita companhia, carinho e amor, nas mais diferentes formas. Obrigada, obrigada, obrigada. À Lau e ao Gui, meus primogênitos que dividiram comigo noites do pijama, shows da Gloria Groove, muitas festas, risadas e inclusive um intercâmbio. Obrigada por aceitarem fazer parte dessa família nada tradicional e por trazerem um carinho especial. A ECA não seria a mesma coisa sem nenhum de vocês.

Termino com um agradecimento especial ao professor e meu orientador, Carrascoza. Desde a sala de aula, nossa troca foi muito rica e de muita admiração. Fico muito feliz de poder terminar o curso com um trabalho guiado por você, ainda mais depois de muitas recomendações. Agradeço principalmente por ser também um ponto de apoio importante durante tantas dúvidas, receios e dificuldades ao longo de um período tão complicado. Falar com você no decorrer desse processo me deu energia e entusiasmo para criar um trabalho que agora tenho muito orgulho. Obrigada por tudo.

“Queremos acreditar que conseguimos identificar pessoas perigosas, mas o mais aterrador é que não podemos. As pessoas não se dão conta de que convivem com assassinos em potencial.”

(BUNDY apud DÍEZ, 2019)

RESUMO

LOH, Laura Pereira. *All American Boy*: análise do discurso construído pelos jornais estadunidenses sobre o caso Ted Bundy. 2021. 87 f. Dissertação (Bacharelado de Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

O jornalismo até hoje ocupa uma posição de destaque na sociedade, sendo uma das principais fontes de informação para manter-se atualizado sobre o que acontece no mundo. Por conta de tal destaque e da magnitude do seu alcance, é evidente o tamanho e poder das grandes indústrias que regem essa instituição. No entanto, por trás de toda essa notoriedade existe uma responsabilidade enorme em informar fatos e em ser fiel ao que aconteceu, ou seja, transmitir um evento que aconteceu no mundo real, mas que só consegue alcançar o público por meio de um imaginário criado pelos jornalistas. Para entender esse papel dos jornais para com os seus leitores, este trabalho buscou estudar o histórico do jornalismo e a sua relação com a sociedade. Como os jornais-empresa se tornaram o que são hoje? Uma vez compreendido esse ponto, foi explorado como o texto jornalístico em si ganha vida e quais são os fatores que fazem parte dessa criação e a motivam. Com o objetivo de tornar mais tangível o entendimento sobre as forças que atuam dentro da criação dos jornais e os possíveis impactos que suas palavras têm, este trabalho propõe-se a um estudo de caso, tendo como base o livro *Discurso das Mídias* de Charaudeau (2013) para realizar uma análise discursiva de uma situação real: a cobertura dos jornais estadunidenses sobre o caso e o julgamento de Ted Bundy. Um caso que foi bastante saliente na mídia e que trouxe vários fatores atrativos para o público ao mesmo tempo que tratou de assuntos muito pessoais e complicados.

Palavras-chave: Discurso das mídias. Jornalismo. Narrativas. Representações. Estereótipos. Ted Bundy.

ABSTRACT

LOH, Laura Pereira. **All American Boy**: analysis of the discourse constructed by the American newspapers about the Ted Bundy case. 2021. 87 p. Dissertation (Bachelor Degree in Social Communication with habilitation in Advertising) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Journalism to this day occupies a prominent position in society, being one of the main sources of information to keep up to date on what happens in the world. Because of such prominence and the magnitude of its reach, the size and power of the large industries that govern this institution is evident. However, behind all this notoriety there is a huge responsibility to report facts and to be faithful to what happened, that is, to transmit an event that happened in the real world, but that can only reach the public through an imaginary created by journalists. To understand this role of newspapers towards their readers, this paper sought to study the history of journalism and its relationship with society. How did corporate newspapers become what they are today? Once this point was understood, it was explored how the journalistic text itself comes to life and what are the factors that are part of this creation and motivate it. In order to make more tangible the understanding about the forces at work within the creation of newspapers and the possible impacts their words have, this paper proposes a case study, based on the book *Les medias et l'information: L'impossible transparence du discours* by Charaudeau (2013) to perform a discourse analysis of a real situation: the coverage of U.S. newspapers on the case and the trial of Ted Bundy. A case which was quite prominent in the media and which brought several attractive factors to the public, while dealing with very personal and complicated issues.

Keywords: Media discourse. Journalism. Narratives. Representations. Stereotypes. Ted Bundy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Jornal combatendo <i>fake news</i>	15
Figura 2 — Reportagem esclarecendo informações falsas	15
Figura 3 — “ <i>The Yellow Press</i> ”, ilustração de 1910 sobre Hearst	18
Figura 4 — Truman Capote na casa onde aconteceram os assassinatos de <i>A Sangue Frio</i>	21
Figura 5 — Protesto de jornalistas guatemaltecos em 2020	26
Figura 6 — Série de reportagens denunciando irregularidades do partido Pros em 2019	29
Figura 7 — Tirinha sobre a escolha das reportagens	30
Figura 8 — Capa da revista <i>Veja</i> exemplifica saliência	33
Figura 9 e 10 — Exemplos de reportagens brasileiras tendenciosas	34
Figura 11 — Processos de transformação e transação	36
Figura 12 — Charge polêmica em jornal dinamarquês	43
Figura 13 — Ted Bundy quando criança	48
Figura 14 — Itens encontrados pela polícia no carro de Bundy em 1975	49
Figura 15 — Bundy no tribunal de Colorado em 1977	50
Figura 16 — Bundy sorrindo durante o julgamento de 1979	53
Figura 17 — Bundy no tribunal de Miami em 1979	54
Figura 18 — Primeira página da reportagem em análise	58
Figura 19 — Lago Sammamish na época dos Ted murders	61
Figura 20 — Cartaz de procurado de Ted Bundy de 1977	63
Figura 21 — Bundy sendo indiciado pelo xerife	66
Figura 22 — David Berkowitz sendo preso em 1977	68
Figura 23 — Parte da matéria da revista <i>People</i>	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Resultados da análise

76

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A HISTÓRIA DO JORNALISMO	14
3 A HISTÓRIA QUE OS JORNAIS CONTAM	27
3.1 De onde vêm as histórias que nos contam	35
3.2 As histórias que nós contamos	40
4 ANÁLISE DO CASO TED BUNDY	47
4.1 A vida e a morte de Ted Bundy	47
<i>4.1.1 O julgamento da Flórida</i>	<i>51</i>
4.2 A versão das reportagens sobre o caso	56
<i>4.2.1 Descrição da reportagem</i>	<i>57</i>
<i>4.2.2 Análise discursiva</i>	<i>66</i>
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	81
ANEXO A — Reportagem <i>All-American Boy on trial</i>	85
ANEXO B — <i>The Strange Case of Ted Bundy</i> na sessão <i>Letters to editor</i>	86
ANEXO C — Reportagem <i>What's in his past</i>	87

1 INTRODUÇÃO

É inegável o sucesso de histórias criminais envolvendo *serial killers*: hoje em dia é possível consumir inúmeros livros, filmes e séries (desde produções da Netflix até criações de Quentin Tarantino) sobre esse assunto, que ao mesmo tempo assusta e fascina tantas pessoas. E tal atração não é recente. Alguns anos atrás, tivemos os grandes sucessos de *Psicose*, *Hannibal* e *Sexta-Feira 13*, e existem registros ainda anteriores que mostram o interesse por assuntos “mórbidos” desde os primórdios da comunicação, inclusive durante a Revolução Francesa quando existia uma alta procura por lembranças daqueles que morriam na guilhotina, conforme relata Harold Schechter (2013) em seu livro *Serial Killers: Anatomia do Mal*.

Mas por que tanta curiosidade sobre o assunto? Uma hipótese é o tabu em volta do tema. Parece algo errado ao mesmo tempo que é atraente por ser proibido, ainda mais se levarmos em conta todo o misticismo em casos envolvendo seitas, demônios e a própria morte. Além disso, existe um magnetismo em buscar entender como e por que tais crimes aconteceram — como não ficar intrigado com um problema sem resposta? Pessoalmente, é inquietante que pessoas tão parecidas conosco, seres humanos como nós, possam agir de forma tão desviante e fria. E apesar da ficção estar repleta desse tema, tais casos tem origem no mundo real, envolvendo pessoas de verdade e mortes reais que acontecem em cidades que conhecemos, que podem ser inclusive as que vivemos.

Sabendo disso, existe mais um fator que deve ser levado em consideração quando falamos da curiosidade do público: a forma como esses casos são contados. A mídia, em específico os jornais, são os responsáveis por levar informações para leitores e telespectadores até então desinformados. Informações que podem ser vistas como simples: tal crime aconteceu em certa cidade envolvendo essas pessoas. No entanto, sabendo que existe um público ávido por essas informações, muitas vezes os jornais veem tais histórias como oportunidades para vender mais, para ter mais leitores e, com essa motivação, acabam trazendo artifícios da ficção ou criando narrativas sensacionalistas para prender o seu público e deixá-los querendo mais. Afinal, além dos jornais serem fontes de informação, eles também são empresas movidas pelo consumo, responsável por mantê-las vivas e saudáveis.

Mas onde está o problema em trazer uma pitada diferente para as notícias do dia a dia? O problema não está em contar a mesma história com uma roupagem diferente ou de forma

criativa, mas sim a partir do momento em que criar uma narrativa atrativa tem mais importância que o conteúdo e os fatos em si, o que pode levar a omissão ou pouco destaque de informações importantes e o foco em discursos pouco verdadeiros em prol de alcançar o “objetivo final”: uma maior comercialização.

Com a ajuda de Nilson Lage (1987) e Cremilda Medina (1988) na busca por entender até onde o lado empresa pode interferir na criação dos textos jornalísticos, fomos atrás da história dos jornais, para compreender como eles surgiram, com quais motivações e em que momento eles se tornaram as gigantescas indústrias que conhecemos hoje. Nessa jornada, descobrimos muito da relação sociedade e jornalismo, chegando a discutir o papel dessa instituição para além do seu público e sim para com todos os cidadãos, e o que era esperado pelo coletivo daqueles por trás dos textos.

Entendido esse primeiro ponto, buscamos compreender o trabalho dos jornalistas em si, com quem eles conversam, com que tipo de informações eles lidam e quais os seus desafios — o principal deles sendo atender a um certo dever ao mesmo tempo que se veem dentro de uma máquina capitalista. Mais do que o embate entre levar informação e gerar emoção, ficou claro que por trás das palavras existe uma responsabilidade ainda maior com o imaginário do público e a forma como ele é construído. Ao descrever o que acontece no mundo real, os jornalistas são os responsáveis por dar insumos para que seus leitores consigam imaginar como foi que certo fato desenrolou-se e quem eram as pessoas envolvidas, e, ao fazer isso, deixa-se uma marca muito pessoal de cada um — um ponto de vista, um enquadramento que será visto pelo público como o todo. Para essa discussão sobre estratégias discursivas e outros fatores que elas envolvem, tivemos como guias os livros *Discurso das Mídias* de Charaudeau (2013) e *Opinião Pública* de Lippmann (2008).

Poderia a busca por entregar à audiência o que ela quer ou um recorte pessoal ser algo prejudicial para a transmissão de uma informação? Poderia isso interferir na opinião pública a cerca de um acontecimento ou da figura de alguém? Tendo essas questões em mente, buscamos analisar um caso prático que trouxesse reflexões sobre isso. Dentre os diversos casos de *true crime* que se tornaram muito conhecidos e comentados, escolhemos olhar mais de perto o julgamento em Miami de Ted Bundy, um famoso assassino em série dos Estados Unidos nos anos 70 que ganhou muito destaque e atenção tanto da população como da mídia, e que é lembrado até os dias de hoje.

O caso Bundy se destacou entre os outros principalmente por dois fatores: o primeiro sendo a participação intrusiva da mídia, uma vez que o julgamento de Ted na Flórida teve permissão para ser transmitido pela televisão e teve a participação de diversos repórteres do mundo todo. Um fato inédito até então e que teve um papel importante na forma como essa história foi contada ao público. O segundo ponto de destaque é a figura principal do caso, Ted Bundy já havia sido condenado por outros dois crimes no momento em que se encontrava sendo julgado por um terceiro, crime o qual ele cometeu durante uma fuga da prisão. Ainda assim, o público estadunidense se mostrava surpreso em ver um jovem de classe média, estudante e carismático no lugar de acusado em um tribunal.

A opinião pública teve uma participação interessante nessa história e muito por conta da cobertura das mídias na época. Sabendo disso, este trabalho se propôs a fazer uma análise discursiva da cobertura dos jornais estadunidenses sobre o último e principal julgamento de Ted Bundy. Dessa forma, buscamos entender como os jornais, uma fonte de informação tão importante até os dias atuais, relataram um caso extremamente saliente e instigante. Um jovem estudante com todas as características do “bom americano” agora em situação de réu rendeu um prato cheio para uma mídia faminta por uma boa narrativa — mas teria essa história sido contada corretamente? Veremos a seguir.

2 A HISTÓRIA DO JORNALISMO

Apesar dos formatos terem mudado ao longo do tempo, os jornais e as mídias em geral sempre ocuparam um lugar importante no cotidiano das pessoas. Como uma forma de contar histórias e fatos até então desconhecidos pelo público, as mídias são um canal entre o mundo lá fora e os seus leitores ou telespectadores que acompanham tudo de dentro de suas casas. Mais do que um canal, muitas vezes elas servem também de palco para discussões de assuntos que muitos não conheceriam ou não pensariam sobre se não fosse pelas informações que esses meios oferecem.

Nilson Lage, em seu livro *Estrutura da Notícia* (1987), comenta como, apesar de cada um vivenciar e experimentar muita coisa por si mesmo, muito mais nos chega por meio de notícias, testemunhos, em palavras ou imagens. Não se pode estar em todo lugar, ouvir e ver pessoalmente tudo que está acontecendo no bairro em que se vive, no país, muito menos no mundo. Então, todo o resto que não é experienciado precisa ser contado de outra forma, por um relato de palavras faladas ou escritas, por imagens ou representações. “Diante do relato feito em texto, pode-se sempre perguntar como terá sido isso, e imaginar uma possível realidade concreta” (LAGE, 1987, p. 7). Um relato, ainda que bem detalhado, pode descrever um acontecimento até certo ponto, ainda mais quando não se tem imagens para ilustrar o cenário, deixando para a mente o trabalho de preencher as lacunas com uma possível realidade baseada nas informações recebidas e no conhecimento de mundo que já se tem.

Por isso, relatos têm um papel muito importante, independente sobre o que eles são. Seja um relato sobre a situação política de um país ou uma história contada por amigos, as informações que ele traz, a sua clareza, a sua veracidade e suas fontes de informação importam muito. São essas informações que vão formar o imaginário de alguém sobre certo fato. São elas que servirão de base para o entendimento de uma pessoa sobre algo que ela não vivenciou. Em seu artigo “Os limites entre fato e ficção: Jornalismo Literário em perspectiva”, Mônica Fontana (2006, p. 332) traz um ponto interessante sobre isso ao dizer

Qualquer representação da história – ou de histórias – é sempre formulada por um sujeito que mantém vínculos sociais e políticos com uma sociedade concreta. Testemunhar um evento é também reconstruí-lo segundo o aparelho psíquico e a formação social e cultural de cada pessoa. Ao relatar um evento, o observador seleciona, hierarquiza, ordena as informações expostas, fazendo aí interferir as suas estratégias de narração.

Hoje em dia, em tempos de *fake news* e da descrença de informações, fala-se muito do papel da principal fonte de informações e de relatos: o jornal (Fig. 1). Seja ele em formato televisivo, escrito ou falado, desde o início, o jornal tem ocupado um lugar central na difusão de informações (Fig. 2), muitas das quais cidadãos comuns não teriam acesso ou não saberiam interpretá-las. “[...] A organização social já canalizou a informação para fontes primárias a que o cidadão comum não tem nem poderia ter acesso. Quem duvida, tente ler um Orçamento da República, o paper sobre uma novidade em astronomia; vá ao palácio e procure interrogar o príncipe” (LAGE, 1987, p. 52).

Figura 1 — Jornal combatendo *fake news*



Fonte: GZH, 2018.

Figura 2 — Reportagem esclarecendo informações falsas



Fonte: O Globo, 2021.

É preciso ainda comentar a relevância do jornalismo como formador de opinião. Até hoje, o jornal é um dos principais lugares onde as pessoas buscam se informar sobre política, acontecimentos ao redor do mundo, lazer, cultura e muito mais. Segundo uma pesquisa

recente do Datafolha¹, os meios de comunicação mais confiáveis para a população a respeito de atualizações sobre a Covid-19 (um assunto de grande importância e seriedade no momento) são os programas jornalísticos de TV (61%) e os jornais impressos (56%). As rádios e os sites de notícia estão em seguida, com 50% e 38%, respectivamente. E mais do que uma fonte de conhecimento, o jornal serve de base para a opinião que certa pessoa terá sobre o assunto que leu, pois ele terá influência na perspectiva que essa pessoa tem sobre o governo do Chile, por exemplo, ou sobre como ela deve se comportar diante da pandemia que o mundo vive. Bordenave (1982, p. 17) descreve muito bem esse papel geral da comunicação.

A comunicação foi o canal pelo qual os padrões de vida de sua cultura foram-lhe transmitidos, pelo qual aprendeu a ser “membro” de sua sociedade – de sua família, de seu grupo de amigos, de sua vizinhança, de sua nação. Foi assim que adotou a sua “cultura”, isto é, os modos de pensamento e de ação, suas crenças e valores, seus hábitos e tabus.

E não é por conta dessa posição de destaque e toda a relevância que essa instituição tem que infere-se que o jornalismo não tenha problemas e críticas a seu respeito. Na verdade, pelo contrário. É exatamente por estar em evidência e ocupar um lugar de influência que é preciso olhar para ele com mais atenção e buscar entendê-lo. O jornal é uma instituição inserida no modelo capitalista, é um meio de comunicação em massa, os quais hoje “[...] são centrais nessas relações de identificação e construção da esfera pública [...] por difundir códigos e valores e pelo retrato que fazem da própria sociedade” (BORBA; BALDISSERA, 2009 apud FARIAS, 2019, p. 49). Além disso, são escritos por pessoas e falam sobre a história humana, o que faz com que as notícias não possam ser sempre 100% objetivas e frias sobre os fatos. Para entender como todas essas engrenagens funcionam dentro do jornalismo atual, é preciso voltar alguns séculos e analisar o surgimento dessa instituição, os movimentos históricos que ela viveu e os critérios que ela foi absorvendo e criando para funcionar da forma que se vê hoje.

Em seu livro *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial* (1988), Cremilda Medina comenta que a partir do século XVIII muito se escreveu sobre o direito de informação e a necessidade de seu livre trânsito. Dois autores, Fred S.

¹ MARQUES, José. **TVs e jornais lideram índice de confiança em informações sobre coronavírus, diz Datafolha**. In: FOLHA de S. Paulo. 23 mar. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/tvs-e-jornais-lideram-indice-de-confianca-em-informacoes-sobre-coronavirus-diz-datafolha.shtml>> Acesso em: 2 dez. 2020.

Siebert e Theodore Peterson, reuniram 3 posições teóricas significativas sobre essa questão do acesso à produção de informação e acesso ao conhecimento. A primeira delas, a “teoria autoritária da imprensa”, típica dos séculos XVI e XVII, surgiu em um momento onde as informações eram fruto de mentes privilegiadas, ou seja, eram controladas e circulavam entre aqueles que tinham “as chaves do conhecimento”, eram instruídos e tinham acesso à informação. Mas a ascensão da burguesia viria para romper com essa posição e lutar contra as mentes privilegiadas, pois acreditavam que “o método exclusivo de chegar à verdade resulta da livre concorrência de opinião no mercado aberto” (MEDINA, 1988, p. 18).

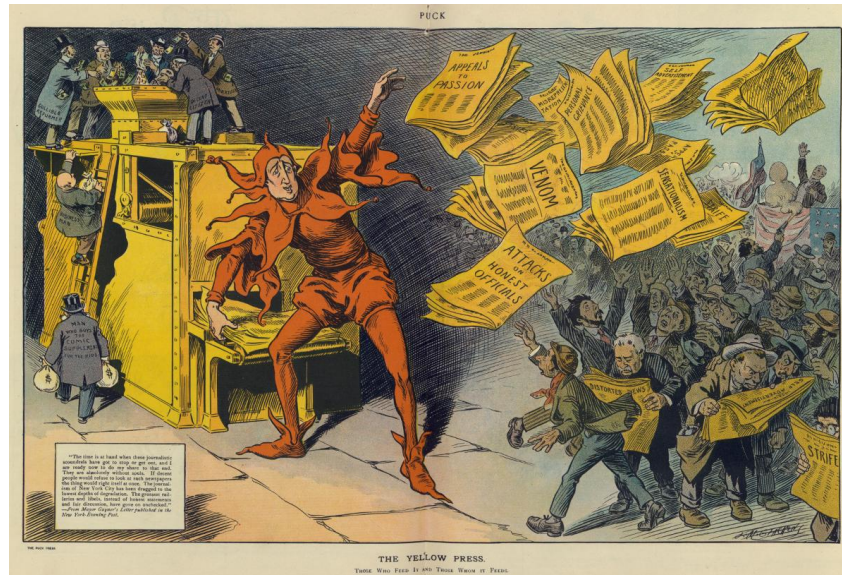
No entanto, o jornalismo romântico, fruto das revoluções e que defendia essa liberdade de opiniões, começou a encontrar problemas com a chegada da revolução industrial e sua complexidade tecnológica e informativa. O jornalismo passou a fazer parte de uma "grande engrenagem (complexo industrial da informação) com sua infra-estrutura econômica" (ibidem) e começou-se a questionar qual seria o compromisso do jornal com o público urbano. Nilson Lage (1987) chama essa grande engrenagem de “jornal-empresa”, que atingiu sua maturidade nos Estados Unidos e na qual a divisão da redação era baseada em um conceito jornalístico chamado de *gatekeeping*: “[...] decisão sobre o que vai ou não ser publicado — em editores que se orientam ora por leis de mercado ora por conveniências que reduzem o jogo dos grupos de pressão ou entidades abstratas como o interesse nacional” (ibidem, p. 15).

O autor comenta que, nessa época, a imprensa começou a se confundir com o que mais tarde seria conhecido como comunicação de massa, onde “a luta pelo aumento de tiragem — medida de sua eficácia publicitária — levou os jornais a ampliar a área de serviços e a incluir em suas páginas os folhetins - histórias seriadas que tinham a vantagem de manter o público cativo -, os horóscopos e os quadrinhos” (ibidem, p. 13). Isso significa que o foco não estava mais em apenas trazer fatos e notícias: agora passou a existir a necessidade de cativar o público, de fazer com que ele compre várias e várias vezes, e não apenas para estar a par das notícias mas também, ou principalmente, por entretenimento (Fig. 3). Lage refere-se a essa época como “os anos de Hearst e de Pulitzer” (dois donos de jornais nova-iorquinos de meados dos anos 1900), e ainda fala que (ibidem, p. 14)

[A imprensa americana] adquiriu novo aspecto, dando ênfase às histórias sentimentais e de crimes que distraem e ao mesmo tempo projetam aspirações e angústias das grandes massas. O tratamento emocional desses temas gerou o que se

chama de imprensa sensacionalista - competitiva, voltada para a coleta de informações a qualquer preço e, eventualmente, mentirosa.

Figura 3 — “The Yellow Press”, ilustração de 1910 sobre Hearst



Fonte: The Public Domain Review, 2017.

A atenção do público e, conseqüentemente, a sua escolha de compra passam a ter mais importância do que a verdadeira coleta e transmissão de informação e de fatos verídicos. Luiz Alberto Farias (2019) fala sobre um outro assunto que também tem a ver com o foco dos jornais em captar a atenção do público: o agendamento ou *agenda-setting*. O termo foi formulado na década de 1970 pelos jornalistas e pesquisadores Maxwell McCombs e Donald Shaw, e se refere à escolha da mídia de falar sobre alguns assuntos e outros não, ou dar mais destaque a acontecimentos e notícias específicas. A hipótese dos dois jornalistas é de que os consumidores tendem a considerar mais importantes os assuntos que são veiculados com maior destaque na cobertura jornalística, portanto as notícias que os jornais e a mídia escolhem para serem divulgadas ou mais faladas vão ser vistas como mais relevantes. Ainda é preciso levar em conta que, muitas vezes, esses assuntos mais abordados pelos meios de comunicação são os que já se sabe que o público tem maior interesse e, portanto, são assuntos que trazem mais audiência.

Surge, então, a segunda posição teórica: a de “responsabilidade social”, que não fala mais do direito de informação mas sim do direito à informação, e que considera o trabalho da imprensa liberal deficiente por conta dos “pressupostos da indústria da informação” ou do

jornal-empresa. Essa nova posição está a serviço do público e do político e pretende defender as liberdades do indivíduo e o seu direito de acesso à notícias e informações, e é durante esse movimento que são criados os códigos de ética e algumas bandeiras são levantadas, como o bem-estar geral, a sinceridade, veracidade, imparcialidade, o jogo limpo, a decência e o respeito à reserva individual. Lage (1987) descreve esse movimento como um esforço de superar o sensacionalismo dominante da época, quando os jornalistas estadunidenses “conseguiram emprestar rigor às técnicas de apuração e tratamento de informações. Foram buscar no espírito científico o respeito pelos fatos empíricos e o cuidado de não avançar além daquilo que os fatos indicam” (ibidem, p. 15).

A partir desse período, o jornalismo se vê em uma encruzilhada. De acordo com Rivero² (apud MEDINA, 1988, p. 19), “é importante enfatizar que não obstante a concentração e a dependência da imprensa com relação à publicidade, a competição em matéria de imprensa permanece relativamente aberta”. O que significa que existe um lado da imprensa dependente do investimento industrial e da publicidade, deixando dúvida a ideia de responsabilidade social, mas há também o lado do sistema de comunicação coletiva, onde sindicatos e outros veículos fazem oposição por meio de iniciativas mais independentes.

A sociedade passa a se ver diante do crescimento de uma indústria da informação, representada pelas “Agências de Notícias e as cadeias jornalísticas” (MEDINA, 1988, p. 19). Com o surgimento dessas grandes indústrias, manifesta-se então a necessidade de profissionalizar e padronizar os técnicos que processam este produto (o jornal). Depois dos movimentos pelo acesso à criação de conhecimento e pela justa distribuição de informação, agora a preocupação dos teóricos da época está voltada para o aprendizado do ofício de ser jornalista. Começam a surgir nas universidades o curso de jornalismo e começam a ser produzidas também publicações sobre a mensagem jornalística e quais são suas características. Toda essa movimentação tem como objetivo preparar tecnicamente novos profissionais e, por isso, esse material produzido possui uma sistematização de um método de trabalho, ou seja, descreve como deve ser o processo de captação de informação, técnicas do repórter, como elaborar notícias e redigi-las. Medina (1988) destaca um ponto pertinente dessa terceira posição teórica: os autores passam a criar certos critérios coincidentes como o de atualidade, interesse do público, veracidade e facilidade de assimilação ou legibilidade.

² RIVERO, J. *L'Opinion Publique*, II.

Tais critérios começam a ser vistos como verdades “tácitas”, subentendidas, como se fossem definições “preto no branco”, claras e simples de se colocar em prática.

A autora, então, analisou dois desses critérios que ela destaca serem casos mais significativos e que, para esta análise, vão ser dois pontos importantes de se ter em mente: a veracidade e a objetividade. Em sua análise, Medina (1988) traz o ponto de vista de alguns teóricos. Ela cita primeiro José Ortega Costales ao comentar que a verdade de uma notícia diz respeito “a fundamentação teórica da objetividade do acontecimento” (ibidem, p. 20) — ou seja, a ideia de verdade dentro da notícia jornalística diz respeito a um olhar objetivo do que aconteceu. Segundo Costales (1966), o acontecimento é substantivo, o que diz respeito a essência de algo, mas, ao mesmo tempo, esse acontecimento é traduzido para uma mensagem por meio dos sentidos. Então como um repórter, que nem sempre tem um olhar tão objetivo, mantém-se fiel à essência do que aconteceu para contar a verdade? A solução seria ter um certo respaldo técnico, pois “[...] a missão do repórter é captar a realidade objetiva com a maior amplitude e precisão possíveis narrá-la com fidelidade, de tal forma que o leitor receba a mais cabal informação sobre o fato” (ibidem, p. 51).

Mas será que a verdade de um fato noticiado depende somente da objetividade do jornalista que relata o caso? Em seu artigo, Mônica Fontana (2006) comenta que na pós-modernidade observa-se novamente, principalmente nos meios de comunicação, uma “interrelação entre fato e ficção, depois de uma curta época de ilusão modernista da possibilidade de separar para sempre os domínios da verdade e da construção ficcional” (ibidem, p. 327), sendo essa curta época de ilusão modernista o período já comentado de valorização da veracidade e da imparcialidade. Na pós-modernidade, um conceito passa a ser utilizado para se referir à narrativa jornalística que utiliza de técnicas literárias: o jornalismo literário ou “novo jornalismo”. Esse conceito popularizou-se na década de 1960 a partir de reflexões de Tom Wolfe sobre o jornalismo estadunidense, mas ele já tinha sido utilizado antes, de forma pejorativa, a respeito do trabalho do editor W. T. Stead no jornal britânico Pall Mall Gazette. Ainda sobre esse período, Fontana (ibidem, p. 326) escreve que

Como nota Jameson (2000), uma característica típica do pós-moderno é a mistura entre o fantástico e a inclusão de personagens históricas reais em obras de ficção. Podemos encontrar a mesma tendência no jornalismo desta época de capitalismo tardio, com uma inclinação à busca do mais bizarro e sensacionalista, a proliferação de lendas urbanas e o status mítico de ídolos e celebridades globais e o uso da ficcionalização a serviço de obras biográficas e históricas.

Na época, era comum encontrar reportagens inteiras inventadas, que eram publicadas em jornais de destaque e que, inclusive, receberam prêmios. A autora traz o exemplo interessante de Christopher Jones, o qual inventou uma reportagem sobre os guerrilheiros do Khmer Vermelho (seguidores do partido governante no Camboja de 1975 a 1979), que foi publicada no *The New York Times* e recebeu diversos protestos de leitores e estudiosos acusando o uso de informações incorretas. Um tempo depois verificou-se que uma parte da matéria tinha sido copiada de um romance de André Malraux. Esse estilo do novo jornalismo marcou a produção jornalística estadunidense, chegando a influenciar outros redatores da *New Yorker* como Truman Capote e Lillian Ross. O caso de Capote (Fig. 4) é outro ponto curioso trazido por Fontana (2006), pois o jornalista também fez o movimento contrário e levou a mistura de fato e ficção para a literatura com a publicação do seu livro *A sangue frio* (1966): uma reportagem em série na forma de “romance de não-ficção” — formato literário cuja invenção Capote reivindicou para si. Sobre esse caso, Eduardo Belo (2006, p. 43) comenta que

Quando em 1965 Truman Capote denominou o seu *A sangue frio* de “romance de não-ficção” acabou sem querer estabelecendo uma distinção importante. Nem toda não-ficção é jornalismo, mas todo o jornalismo tem de ser, por princípio, não-ficcional. (...) O que prevalece na comunicação jornalística do mundo ocidental de hoje é um pendor muito grande pela verdade, mesmo com toda a livre interpretação dos fatos. (Itálico do autor)

Figura 4 — Truman Capote na casa onde aconteceram os assassinatos de *A Sangue Frio*



Fonte: Murderpedia.

Ao falar sobre o novo jornalismo e como ele mistura fatos com a ficção literária, Mônica Fontana levanta outra questão sobre a veracidade de um acontecimento. Já foi abordado nesta análise autores que acreditam que a objetividade e técnica de quem escreve a notícia são cruciais para que ela seja verdadeira e Fontana (2006) dá exemplos de jornalistas que se apropriaram da literatura e criaram reportagens ficcionais. No entanto, o feito de Truman Capote levanta uma discussão: uma vez que ele não deixou de contar fatos verídicos, mesmo seu livro sendo um romance o que foi contado era real, não-ficcional. Para relatar um fato, é preciso ser frio sobre o acontecimento? Não existe a possibilidade de apoiar-se em técnicas e feitos da literatura? Fontana entra nessa discussão dizendo que o novo jornalismo legitimiza-se exatamente “ao se aproximar da realidade — valendo-se de técnicas como a descrição detalhada das cenas e a reprodução fiel dos diálogos — para acompanhar o cotidiano das pessoas ou o passo-a-passo das situações que pretende retratar” (ibidem, p. 328). A autora ainda comenta sobre a narrativa popular, que “por se constituir como parte da cultura, pode ser instantaneamente legitimante, em oposição ao distanciamento dos discursos que buscam analisar a realidade através das lentes da objetividade” (ibidem). Por enquanto, essa discussão ficará em aberto para ser retomada mais à frente nesta análise.

Voltando a falar sobre objetividade, Medina (1988) passa a analisar esse critério em relação à seleção dos fatos noticiados com o apoio de um novo grupo de teóricos, entre eles Raymond Nixon. A autora aborda a problemática da escolha dos fatos em função da estrutura empresarial dos meios de comunicação, um ponto que já foi levantado ao falar da “teoria da responsabilidade social” e do agendamento. Essa problemática é tratada pelos teóricos com um certo pessimismo, e eles então passam a olhar para um outro lado da seleção de fatos, um lado que, segundo Medina (1988), pode ser ainda mais determinante para a indústria jornalística: o gosto do público.

Há uma escala teórica já relativamente bem estabelecida: seja na perspectiva afetiva das emoções primárias que exigem certos conteúdos, na esfera racional que pede informações originais ou no âmbito da vontade de um público que *quer* estar informado para participar, os interesses representam para a notícia um termômetro indispensável. (Ibidem, p. 20, itálico do autor)

Essa identificação da mensagem de acordo com o gosto do público consumidor leva teóricos como Raymond Nixon³ a discutir o critério de proximidade da informação, “na

³ NIXON, Raymond. *Opinión Publica y Periodismo*. Quito: CIESPAL, 1967.

medida que isso afete diretamente o público, individualmente” (MEDINA, 1988, p. 20), assim dizendo que motivos até então objetivos para que o público se interesse por algo tornam-se fatores subjetivos que modificam a importância ou o destaque dos fatos. Pensando nisso, Felipe Tarroba Bernaldo Quiros (1968) cria uma pirâmide de interesses previsíveis que jornalistas devem levar em conta, sendo eles: proeminência; celebridade das pessoas envolvidas nos fatos; importância das consequências; raridade do acontecimento; animação vital e interesse humano; rivalidade, conflito ou luta que o fato pressupõe; utilidade imediata do serviço informativo; e, por último, o entretenimento que proporciona.

No entanto, quando o foco de um meio de comunicação como os jornais, dos quais é esperado um conteúdo informativo e até mais crítico, acaba sendo entretenimento, diversão ou distração, pode ser o começo de um problema. Farias (2019, p. 48) traz dois autores para comentar sobre o assunto que

[...] Borba e Baldissera (2009) acrescentam que os meios de comunicação de massa contribuem, nas sociedades modernas, para debilitar a esfera pública, pois focam em demasia no entretenimento e na distração, algo que incentiva a passividade. Além de configurar fonte de lazer e não de reflexão, a mídia também pode se apropriar do consumo e mediar a esfera pública com conteúdos pobres.

Ainda falando sobre o entreter e não informar, Farias retoma a ideia de agendamento, um conceito que inicialmente estava relacionado à política e que tinha como efeito a manipulação de quais fatos seriam contados ao público, mas que, no entanto, é uma ideia que cabe também a outras esferas sociais onde tem um efeito de manipulação diferente.

Pode-se dizer que o efeito atribuído a essa disposição e incidências privilegiadas e intencionais circule por todas as esferas de relação social, e que de fato relaciona-se com o entreter em lugar de informar, menos ainda do debater. A ideia de relevância está conectada com audiência no sentido comercial-mercadológico, menos, seguramente, com a ideia de temas de transformação social. (Ibidem)

Quando olhamos para o jornal como um produto mercadológico, disponível para ser vendido, temos que levar em conta “a existência de uma hierarquia de interesses previsíveis para a edição do material jornalístico, dentre os quais um acontecimento merece destaque pelo ‘entretenimento que proporciona’” (MEDINA, 1988, p. 21). É indiscutível a influência e o peso do interesse do público para o funcionamento da máquina jornalística, como um termômetro do que as pessoas querem ouvir e ler sobre, ainda mais quando levamos em conta

interesses financeiros, sejam por lucratividade ou apenas sobrevivência. Desde o seu surgimento, o jornal tem como um dos principais fatores econômicos de sustentação a publicidade, que fala diretamente com o desejo humano, em despertar atenção e cativar o público por meio de imagens agradáveis, discursos persuasivos e entretenimento. Em seu artigo “Entretenimento: valor-notícia fundamental”, Leonel Azevedo de Aguiar (2008) comenta como o entretenimento, enquanto um modo de construção da linguagem jornalística, é capaz de atrair mais leitores e viabilizar economicamente a imprensa.

É preciso que as pessoas tenham vontade de ler as notícias para que os jornais-empresa funcionem, para que a informação circule e para que os assuntos abordados nas reportagens sejam discutidos e compartilhados socialmente. Mas o perigo está no destaque de informações que não trazem debate ou que aparentam ser relevantes pela simples conveniência com o desejo e interesse do público. Tal desejo não precisa estar relacionado à importância do tema abordado ou a relevância dele dentro da sociedade e de discussões. Frequentemente esse desejo vem da busca por entretenimento, por distração. Não é sempre que uma audiência anseia por informações necessárias, já que elas, muitas vezes, podem ser desagradáveis, tristes, desanimadoras, mas, ao mesmo tempo, precisam chegar até o público e são relevantes no mais puro sentido da palavra. Existe a contradição entre o critério de relevância como algo interessante, capaz de entreter e cativar o público, e a ideia de relevância como a importância do próprio acontecimento socialmente. Aguiar (ibidem, p. 13) traz um ponto de vista sobre o dilema do “entretenimento jornalístico” dizendo que

Informar jornalisticamente será, assim, em síntese, permitir que os cidadãos possam agir responsabilmente. Na minha opinião, entreter “jornalisticamente”, pelo contrário, tende a degradar, em maior ou menor grau, essa função informativa e, conseqüentemente, reguladora e mediadora, que os meios de comunicação possuem na sociedade (Sousa, 2000: 63).

Esse não é o dever do jornalismo. Não é dever dessa instituição dar ao público simplesmente o que ele quer ou ser apenas mais uma forma de lazer. Jornalismo não é uma plataforma de entretenimento, não é um *streaming* de séries e filmes onde alguém deliberadamente acessa para encontrar a diversão que procura. Ele pode ser plural, com histórias em quadrinhos, contos e crônicas, as quais podem ser divertidas e descontraídas, mas são ainda mais cativantes quando conseguem tratar assuntos pertinentes com humor e inteligência. Ainda que o jornalismo tenha múltiplas facetas, sua essência reside em levar

conhecimento, tornar públicas informações que o coletivo não conhecia ou não tinha acesso até então.

Em sua reportagem “*Si te van a matar, no te suicides*”⁴, Soledad Gallego-Díaz traduz bem a ideia de responsabilidade dos jornais e os riscos de ouvir o que o público quer.

É perigoso limitar-se a escutar o que quer a audiência. Isso não é o centro do jornalismo. Não é isso que pensam os jornalistas guatemaltecos. Eles oferecem aos seus compatriotas instrumentos de conhecimento da sua sociedade, quer eles peçam ou não, quer eles saibam ou não que precisam disso. (GALLEGO-DÍAZ, 2012, tradução nossa)⁵

A repórter cita os jornalistas guatemaltecos que, segundo ela, são os mais ameaçados no mundo pelas tensões que enfrentam com o governo do país (Fig. 5). A reportagem traz um fragmento de um texto publicado por alguns desses jornalistas que reforça o trecho acima: “Ninguém disse que foi fácil para os jornalistas perder o medo dos poderosos. Mas, para que serve o jornalismo, se não é para que o resto da sociedade tenha informação com a qual enfrentar esses medos?” (ibidem, tradução nossa)⁶. Aqui se fala de um caso mais extremo onde os jornais e as pessoas responsáveis por eles aparecem na linha de frente de embates políticos, debates e de censura, e fica ainda mais claro a responsabilidade desses meios que levam informação e reflexão a todos. Como uma forma de deixar mais tangível essa importância dos jornais na formação de pessoas e o seu dever com a sociedade, Gallego-Díaz faz uma diferenciação do público que consome as mídias, dizendo

Com “consumidores” se consegue, sem dúvida, muita audiência. Mas com “leitores, ouvintes e telespectadores” se consegue influência, que é algo a que o jornalismo deve aspirar. Influenciar é: dizer explicitamente as coisas sobre as quais acreditamos que devemos falar colectivamente. (Ibidem, tradução nossa)⁷

⁴ “Se vão te matar, não se suicide” (tradução nossa).

⁵ GALLEGO-DÍAZ, Soledad. **Si te van a matar, no te suicides**. In: EL País online. 15 mar. 2012. Disponível em: <https://elpais.com/elpais/2012/03/15/opinion/1331836802_010235.html>. Acesso em: 30 mar. 2021.

“Es peligroso limitarse a escuchar lo que quiere la audiencia. Eso no es el centro del periodismo. No es eso lo que piensan los periodistas guatemaltecos. Ellos ofrecen a sus compatriotas instrumentos de conocimiento de su sociedad, los pidan o no, sepan que los necesitan o no.”

⁶ “Nadie dijo que fuera fácil para los periodistas perder el miedo ante los poderosos. Pero, ¿para que sirve el periodismo, si no es para que el resto de la sociedad tenga información con la que enfrentar esos miedos?”

⁷ “Con ‘usuarios’ se consigue, sin duda, mucha audiencia. Pero con ‘lectores, oyentes y televidentes’ se consigue influencia, que es algo a lo que debe aspirar el periodismo. Influir es: decir explicitamente las cosas sobre las que creemos que hay que hablar colectivamente.”

Figura 5 — Protesto de jornalistas guatemaltecos em 2020



Fonte: Perú21, 2020.

É difícil levar em consideração apenas a questão econômica e a luta do mercado jornalístico pela maior parte da audiência quando relatos como o anterior estão aí para lembrar de questões do cotidiano próximas às pessoas, que ressaltam como o jornal ocupa um espaço muito importante. Espaço que, às vezes, serve apenas como distração para fazer dar risada com tirinhas divertidas e prender a atenção do maior número de pessoas, mas que também precisa ser visto como a ferramenta que é, e ocupado com fatos duros e reais com o objetivo de informar, moldar, ensinar e fazer refletir sobre a cultura em que se vive, os acontecimentos do mundo, os governos e os governantes — e é isso que não pode ser esquecido ou posto de lado como menos valoroso, já que faz parte da essência do jornalismo.

3 A HISTÓRIA QUE OS JORNAIS CONTAM

O capítulo anterior trouxe a contradição entre o dever do jornalismo, que assim como “toda instância de informação, quer queira, quer não, [...] detém uma parte do poder social” (CHARAUDEAU, 2013, p. 63), e o jornalismo como parte de uma lógica econômica na qual, em busca de audiência e fonte de sustento, usa de alguns artifícios de dramatização e entretenimento que nem sempre estão alinhados com o seu dever. Essa contradição parece ser a principal dentre as diversas enfrentadas por jornalistas e comunicadores e ainda será muito explorada neste trabalho. Mas, antes, seria interessante explorar um outro aspecto do dever de informar que tem a ver com a lógica simbólica dos jornais, “que faz com que todo organismo de informação tenha por vocação participar da construção da opinião pública” (ibidem, p. 21).

Para isso, é preciso olhar de que forma o discurso jornalístico é construído, quem está envolvido nele e qual é o seu contexto. É interessante perceber os dois agentes implicados nessa conversa: de um lado, existem profissionais equipados com informações e os meios para traduzi-las e disseminá-las para o público geral; do outro, pessoas buscando informações que ainda não têm e traduzindo-as também à sua maneira. Charaudeau chama isso de “ato de informar”.

O ato de informar inscreve-se nesse processo [de transformação] porque deve *descrever* (identificar-qualificar fatos), *contar* (reportar acontecimentos), *explicar* (fornecer as causas desses fatos e acontecimentos). [...] O ato de informar participa desse processo de transação, fazendo circular entre os parceiros um objeto de saber que, em princípio, um possui e o outro não, estando um deles encarregado de transmitir e o outro de receber, compreender, interpretar, sofrendo ao mesmo tempo uma modificação com relação a seu estado inicial de conhecimento. (Ibidem, p. 41, itálico do autor)

O autor comenta também como esse pedido por informação por parte da sociedade integra o funcionamento dessa “organização da vida social”, que quer saber para onde estão indo os impostos que pagam, quais são os seus direitos e como aplicá-los, tanto como cidadãos quanto como indivíduos em sua vida particular. Para que seja suprida essa necessidade quase que obrigatória, precisam existir lugares de informação à sua disposição. Em seu livro *Discurso das Mídias*, o escritor francês relembra o dever dos jornalistas já mencionado aqui anteriormente, mas agora enfatizando como esse não é um trabalho tão simples. Charaudeau (ibidem, p. 78) explica que

Em nome da credibilidade, o jornalista se coloca como simples fornecedor de informação, simples *mediador* entre os acontecimentos do mundo e sua encenação pública, assumindo-se como a testemunha mais objetiva possível. Na realidade, como a instância midiática é obrigada a pôr a informação em cena, esta se torna um objeto inteiramente mediado. Não raro, o jornalista se apresenta como *revelador* da informação oculta e, nesse sentido, assume o papel de adversário dos poderes instituídos e de aliado do público, procedendo a interrogatórios, instruindo questões, aspirando aos papéis de juiz ou de detetive. (Itálico do autor)

Já é evidente a conversa da qual os jornais participam, com pessoas que esperam certos serviços dessa instância midiática e muitas vezes se guiam pelas informações entregues por eles. No entanto, é preciso olhar mais a fundo o trabalho dos jornalistas, no qual eles enfrentam diversas dificuldades e contradições para que seja possível entregar o que o seu público espera e cumprir com um certo dever social.

Retomando o que foi falado no início deste capítulo, essa contradição será classificada entre as visadas de “fazer saber” e de “fazer sentir”: a primeira referente ao dever cívico de informar o cidadão e a segunda com o objetivo de emocionar e captar as massas com um objetivo final de lucro e sucesso. Sobre esses dois polos, Charaudeau (2013, p. 87) comenta

No contrato de informação, é a primeira visada que domina, a do fazer saber, que está ligada à verdade, a qual supõe que o mundo tem uma existência em si e seja reportado com seriedade numa cena de significação credível. A segunda visada, a do fazer sentir, deveria ser secundária em tal contrato, pois é contrária à precedente.

A visão do autor é coincidente com a já comentada neste trabalho. No entanto, é de conhecimento geral que a função das mídias não é “preto no branco”, e que essas visadas ocupam pólos com margens não tão claras e não tão simples de serem seguidas. Mais do que tentar decifrar qual dessas contradições deveria prevalecer ou qual ponto de vista deveria ser seguido, é interessante levar em conta outro ponto levantado por Charaudeau (ibidem): as mídias, em geral, precisam aprender a navegar entre esses dois lados, uma vez que, ao se prender demais à racionalidade, perdem o grande público; ao focar demais na dramatização das histórias, perdem credibilidade e importância. Como parte de uma resposta à pergunta levantada no primeiro capítulo, sim, é interessante para o funcionamento dessa máquina midiática que o discurso dos jornais não seja extremamente ou exclusivamente frio, objetivo e distante. Sabendo disso, por que existem ainda tantas discussões sobre essas dificuldades enfrentadas pelos jornalistas?

Aqui entra a ideia de opinião pública e a participação que infere-se que os jornais tenham na sua construção. Idealmente, o jornal como mídia não deveria ser classificado como uma “instância de poder”, algo que teria força ou influência sobre a sociedade, seus comportamentos e ações. Como pontua Charaudeau (2013, p. 18), “essa instância deve ter a capacidade de gerir e influenciar os comportamentos dos indivíduos que vivem em sociedade e, para isso, deve dotar-se de meios restritivos: regras de comportamento, normas, sanções”, meios dos quais os jornais realmente não têm controle como, por exemplo, o poder legislativo tem das normas e leis a serem seguidas. Inclusive, muitas vezes os jornais mostram-se contra os poderes públicos, como uma “instância de denúncia do poder” (Fig. 6). Levanta-se então a mesma pergunta feita por Charaudeau (ibidem): “sendo assim, de onde vem a designação de ‘quarto poder’? Seria porque se presta, sem querer, a uma manipulação das consciências?”

Figura 6 — Série de reportagens denunciando irregularidades do partido Pros em 2019



Fonte: SEIXAS, 2020.

Existe um ponto de vista de que sim, não só os meios de comunicação podem, até certo ponto, manipular a construção da opinião pública como eles também são manipulados por instituições, políticos e assim por diante. É difícil entender a relação do cenário político/comercial dos jornais e até onde vai a sua participação nas operações do dia a dia (Fig. 7), mas não é o foco deste trabalho entrar em mais detalhes. Para esta discussão, é mais proveitoso olhar outros dois pontos de partida: o primeiro é pensar na “interferência humana” daqueles que escolhem os temas e escrevem as reportagens, pois tal interferência não é classificada como uma manipulação, mas pode, de forma não proposital, afetar o que é contado e o como isso é comunicado; o outro ponto tem como base a visada do “fazer sentir”,

ou seja, levar em conta a necessidade dos jornais de engajar o público e, ao fazer isso, interferir também na construção das notícias, uma outra forma de ver a “manipulação de consciências”.

Figura 7 — Tirinha sobre a escolha das reportagens



Fonte: FREITAS, 2013.

Esses dois pontos de partida são comentados por Da Silva (2008) em seu artigo “A notícia como narrativa e discurso” e é interessante ver a convergência de ideias, pois Da Silva também fala sobre o dever do jornalismo, o espaço público e a “interferência humana”.

O imperativo de captação a obriga a recorrer à sedução, o que nem sempre atende à exigência de credibilidade que lhe cabe na função de “serviço ao cidadão” - sem mencionar que a informação, pelo fato de referir-se aos acontecimentos do espaço público político e civil, nem sempre estará isenta de posições ideológicas. (Ibidem, p. 59)

Falando ainda sobre a visada do fazer sentir, em outras palavras, a necessidade de captar e cativar o maior número de pessoas e os meios para isso (sendo um dos meios a sedução, já citada acima), Charaudeau (2013, p. 19) comenta que é inevitável recorrer a eles: “como fazê-lo [dirigir-se a um grande número de pessoas] a não ser despertando o interesse e tocando a afetividade do destinatário da informação?”. Esse é o aspecto que foi comentado nos primeiros parágrafos deste capítulo: ser exclusivamente factual não funciona na indústria da comunicação — isso desde o início das tiragens e não exclusivo ao surgimento das grandes cadeias jornalísticas, uma vez que o que move essas grandes máquinas é, principalmente, a necessidade de prender a atenção do público. Conforme comenta Da Silva (op. cit., p. 57)

A notícia pode ser classificada como um relato porque não é seu objetivo contar um acontecimento objetivando a transmissão de uma mensagem. A notícia quer prender o leitor/destinatário ao texto. Para isso, ordena os fatos a partir dos eventos mais importantes e interessantes e menos pela ordenação de sequência temporal.

Ao abordar a participação do fator humano nesse processo complexo da criação das notícias, é curioso perceber que ele está nas duas pontas da conversa: no jornalista que escreve e no leitor que recebe essa informação. Essa participação vai além do uso da língua, ela “resulta da combinação das circunstâncias em que se fala ou escreve (a identidade daquele que fala e daquele a quem este se dirige, a relação de intencionalidade que os liga e as condições físicas da troca) com a maneira pela qual se fala” (CHARAUDEAU, 2013, p. 40).

Tanto os meios usados para cativar a atenção do público quanto a inevitável presença humana convergem para uma mesma controvérsia do processo de elaboração das reportagens: a seleção de fatos. Muito disso porque essa etapa requer um toque individual, de uma pessoa ou um grupo de pessoas que tem o papel de decidir o que entra nas poucas páginas dos jornais, escolha que leva em conta o interesse de atrair o maior número de leitores possível e, para isso, recorre aos meios de sedução. Charaudeau traz uma condição da linguagem que se aplica a essa situação dos meios de comunicação: “nenhuma informação pode pretender, por definição, à transparência, à neutralidade ou à factualidade”(ibidem, p. 42). O autor aponta também outra característica da comunicação que será importante para este tópico, que ele chama de opacidade.

A informação é essencialmente uma questão de linguagem, e a linguagem não é transparente ao mundo, ela apresenta sua própria opacidade através da qual se constrói uma visão, um sentido particular do mundo. [...] A ideologia do “mostrar a qualquer preço”, do “tornar visível o invisível” e do “selecionar o que é o mais surpreendente” (as notícias ruins) faz com que se construa uma imagem fragmentada do espaço público, uma visão adequada aos objetivos das mídias, mas bem afastada de um reflexo fiel. (Ibidem, p. 19)

Tal opacidade aparece no meio midiático de várias formas: pela forma de escrever um texto, no efeito que se espera causar no público, nesse momento de seleção do que falar e até na captura de uma foto, que enquadra apenas uma parte da cena. Nas próximas páginas serão exploradas algumas dessas formas e o impacto delas na “reputação” dos jornais, sendo a primeira delas a seleção de fatos. Assim como uma pintura ou uma fotografia, as reportagens jornalísticas só conseguem retratar um fragmento da realidade por inúmeras limitações. No entanto, a escolha do que enquadrar e o que deixar de fora acaba traduzindo um ponto de vista

singular, uma vez que pessoas diferentes em uma mesma cena não necessariamente a retratam da mesma forma.

Não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular, o qual constrói um objeto particular que é dado como um fragmento do real. Sempre que tentamos dar conta da realidade empírica, estamos às voltas com um real construído, e não com a própria realidade. (CHARAUDEAU, 2013, p. 131)

Entendida a impossibilidade de transmitir em totalidade uma informação, a dúvida que fica é: como tal filtragem é feita? No âmbito da vida cotidiana, não é tão relevante quebrar a cabeça sobre quais critérios levam uma pessoa a contar uma história de certa perspectiva, uma vez que a história é dela para ser contada e já é esperado do ouvinte que aquilo que é contado tenha um recorte pessoal. Contudo, quando falamos de uma instituição de comunicação, um lugar que as pessoas buscam para se informar e que se coloca nesse lugar de fornecedor de informação, são levantadas diversas questões.

Em que campo de significação social deve efetuar-se a seleção e, no interior desse campo, com que critérios de importância ou de prioridade? Em função de que são definidos esses critérios? Dos interesses do mediador? Dos interesses do alvo? E então, afinal, há ou não garantias contra a subjetividade, ou contra a possível manipulação do mediador? (Ibidem, p. 37)

Em resposta à última pergunta, como comentado acima, toda transmissão de informação acaba sendo opaca, não totalmente transparente e neutra, mas não é por isso que falamos de manipulação por parte dos meios de comunicação. Ao falar de manipulação, pressupõe-se uma certa neutralidade do público receptor, como se ele fosse isento do processo de receber, digerir e reinterpretar a informação que recebe, o que não é o caso. Ainda assim, pode ser que não se fale de manipulação, mas, como detentores de uma parte do poder social, os jornais têm uma boa parcela de responsabilidade sobre a informação que é compartilhada e sobre a forma como ela é contada (Fig. 8). Charaudeau (ibidem) comenta em seu livro que os critérios que levam a instância midiática a escolher o que entra ou fica de fora dos jornais são escolhidos em função do “princípio de saliência”, ou seja, pensando no que pode interessar ou emocionar o público e chamar sua atenção.

Figura 8 — Capa da revista Veja exemplifica saliência



Fonte: BONIN, 2014.

Esse princípio da saliência guia não apenas a seleção dos fatos como também a linguagem dos meios de comunicação. Nas palavras de Charaudeau (2013, p. 39), “comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha de efeitos de sentido para influenciar o outro”. O autor traz também em seu texto alguns elementos que já foram abordados neste trabalho, como objetividade e transparência, e traz um ponto intrigante sobre eles: tais elementos não precisam ser o foco do informador, pois ser fiel não deveria ser o foco principal durante a criação de uma reportagem e sim “que efeito lhe parece produzir tal maneira de tratar a informação” e se esse efeito seria diferente se essa notícia fosse escrita de outra forma. Esse é o poder das palavras: ao nomear algo, adiciona-se qualificações (Fig. 9 e 10). Charaudeau (ibidem, p. 131) explica que

O espaço social é uma realidade empírica compósita, não homogênea, que depende, para sua significação, do olhar lançado sobre ele pelos diferentes atores sociais, através dos discursos que produzem para tentar torná-lo inteligível. Mortos são mortos, mas para que signifiquem “genocídio”, “purificação étnica”, “solução final”, “vítimas do destino”, é preciso que se insiram em discursos de inteligibilidade do mundo que apontam para sistemas de valores que caracterizam os grupos sociais. Ou seja, para que o acontecimento exista é necessário *nomeá-lo*. (Itálico do autor)

Figura 9 e 10 — Exemplos de reportagens brasileiras tendenciosas



Fonte: WATANABE, 2018.

Para aqueles que escrevem as notícias, o processo de nomear algo é um desafio enorme e é, ao mesmo tempo, indispensável, uma vez que os jornalistas são responsáveis por construir narrativas e contar as histórias ao público. Ao fazer isso, eles acabam narrando os fatos de um ponto de vista particular. Implica-se em mais do que contar o que aconteceu, quais os atores envolvidos e qual o contexto espaço-temporal: o trabalho jornalístico implica em explicar um fato, tentar dizer quais foram as intenções por trás de tudo isso, o que motivou e como tudo isso aconteceu. Charaudeau (2013, p. 154) esclarece o por que disso dizendo

Isso porque toda narrativa se fundamenta não na simples lógica dos fatos, mas na conceitualização intencional construída em torno de diferentes questões: a da origem (“por que as coisas são assim?”), a da finalidade (“para onde vão as coisas?”) e a do lugar do homem no universo (“por que eu sou assim no meio dessas coisas?”). São as respostas, ou tentativas de respostas, a essas questões que tornam o mundo inteligível.

Ao falar de narrativas e pontos de vista, é legal ter em mente uma provocação: o ato de relatar um acontecimento envolve a tênue linha entre realismo e ficção. “Mas a instância midiática tem problemas particulares ligados às restrições situacionais do contrato de informação. Essas restrições fazem com que a instância midiática não tenha a liberdade, como

na ficção, de inventar uma história” (CHARAUDEAU, 2013, p. 156). Diferente do que fez Truman Capote ao brincar com artifícios da ficção, a posição do jornalista é outra: ele tem a função de “testemunha esclarecida, o que aumenta sua responsabilidade em relatar fielmente o acontecimento e, ao mesmo tempo, o compromete, pois a narrativa que constrói não pode prescindir da visada de captação” (ibidem, p. 157).

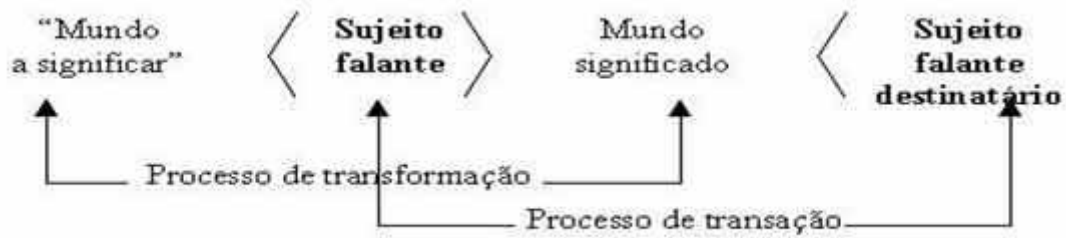
3.1 De onde vêm as histórias que nos contam

Esse processo de construção narrativa é complexo e abrange diversos elementos — alguns linguísticos, de estrutura da escrita, e outros dos agentes que participam dessa construção. Além disso, ele inclui outros dois processos semióticos: o de transformação, que converte o “mundo a comentar” em “mundo comentado” por meio da ação de um sujeito falante (por exemplo, a testemunha de um acontecimento ou um jornalista); e o processo de transação, onde o sujeito falante usa o “mundo comentado” como objeto de troca com um segundo sujeito no papel de destinatário (Fig. 11).

No entanto, a etapa de transformação, como o próprio nome diz, não garante que o “mundo a comentar” seja repassado no seu estado bruto, de maneira 100% fiel. Ele passa por uma construção de sentido que o transforma no “mundo comentado”. Tal construção de sentido origina-se do filtro de um olhar particular, “depende do olhar que se estende sobre ele, olhar de um sujeito que o integra num sistema de pensamento e, assim fazendo, o torna inteligível” (ibidem, p. 95). Charaudeau também comenta como esse olhar é duplo, uma vez que ele passa juntamente pelo processo de transação.

Dir-se-á que o olhar que estrutura o acontecimento é também duplo: o olhar do sujeito ao produzir o ato de linguagem que transforma o acontecimento bruto em acontecimento significante, e o olhar do sujeito interpretante que reestrutura o acontecimento previamente significado, segundo sua própria competência de inteligibilidade. (ibidem, p. 96)

Figura 11 — Processos de transformação e transação



Fonte: CHARAUDEAU, 2005.

É interessante notar que fala-se em dois mundos distintos: um em estado bruto, onde as situações são vividas e experienciadas; outro que é criado, construído a partir do que é relatado sobre o primeiro. Nas primeiras páginas deste trabalho foi comentado como muito da informação que se tem chega por terceiros, uma vez que é impossível vivenciar por completo esse mundo concreto e real. Isto é, “o universo da informação midiática é efetivamente um universo construído. Não é, como se diz às vezes, o reflexo do que acontece no espaço público, mas sim o resultado de uma construção” (CHARAUDEAU, 2013, p. 151). O que as mídias entregam para o público é uma visão do mundo que já foi previamente estruturada, que passou por filtros do que ia ser mostrado, por quem ia ser contado e como o acontecimento ia ser classificado, mas essas informações chegam para as pessoas como uma visão natural do mundo a comentar, afinal é o acesso que elas têm a uma boa parte dele.

O espaço público agora pode ser percebido como esse lugar construído a partir de vários pontos de vista, um lugar “plural e em movimento” como diz o autor francês que, em outras palavras, pode ser resumido como um espaço formado a partir de *representações*. Mas o que são então essas representações? É possível dizer que muito do que elas são tem a ver com identidade, dado que são uma forma de classificação. “Um grupo social, para reconhecer-se como tal, precisa regular suas trocas segundo regras de classificação dos objetos, das ações e das normas de julgamento” (ibidem, p. 116). Isso significa que, para que a sociedade funcione como se conhece hoje, é preciso essa linguagem de valores e classificações que simplifica a comunicação e as trocas entre grupos, como uma linguagem e normas universais a serem seguidas. O funcionamento das representações fica ainda mais claro por meio das funções que Charaudeau (ibidem) elenca

[...] a de *organização coletiva* dos sistemas de valores, que constituem esquemas de pensamento normatizados próprios ao grupo; a de *exibição*, diante de sua própria coletividade, das características comportamentais do grupo (rituais e lugares-comuns) com fins de visibilidade pois os membros do grupo têm necessidade de conhecer o que compartilham e o que os diferencia dos outros grupos, para construir sua identidade; a de *encarnação* dos valores dominantes do grupo em figuras (indivíduo, instituição, objeto simbólico) que desempenham o papel de representantes da identidade coletiva. (Itálico do autor)

As representações, nesse papel de traduzir conversas e regular trocas, encontram-se entre os dois mundos comentados anteriormente, estando em parte no mundo real, pois se referem a coisas existentes, e também no mundo criado, uma vez que elas formam esse mundo que consegue chegar ao grande público e contar o que foi experienciado. Afinal, dentre todas as suas funções, o fator comum das representações é a organização do real, é a criação de imagens mentais que chegam até as pessoas por meio de discursos e outras manifestações para relatar o mundo real que elas vivem e estão inseridas. É curioso observar que, ao falar de relatos e o processo de compreensão dos mesmos, o foco não é apenas uma questão de linguagem e gramática, pois fala-se da mobilização de todo um imaginário, de hipóteses, raciocínios, opiniões e crenças que fazem parte de um contexto particular que não é preestabelecido ou padrão. E quando considera-se esses pontos dentro do discurso das mídias, fala-se tanto de hipóteses criadas por aqueles que escrevem as reportagens como também opiniões e crenças que os jornalistas acreditam ser do público em geral.

Os casos de corrupção, os problemas de sociedade (o véu islâmico), as grandes questões internacionais (as catástrofes, as guerras) são tratados pela imprensa, pelo rádio e pela televisão utilizando-se, em graus variáveis, de hipóteses (não necessariamente conscientes) ora sobre as possíveis opiniões e argumentos que circulam numa sociedade a respeito desses temas, ora sobre os imaginários relativos a apreciações e crenças, como, por exemplo, os sentimentos de generosidade, de justiça e de honestidade. (CHARAUDEAU, 2013, p. 123)

Entre essas duas instâncias de produção e de recepção, junto com as representações encontra-se a já comentada opinião pública, a qual não é vista por Lippmann (2008) como uma só, pois o autor apresenta alguns tipos de opinião pública e fala um pouco da relação íntima entre elas e as representações, nos mais diferentes níveis.

Aqueles aspectos do mundo exterior que têm a ver com o comportamento de outros seres humanos, na medida em que o comportamento cruza com o nosso, que é dependente do nosso, ou que nos é interessante, podemos chamar rudemente de opinião pública. As imagens na cabeça desses seres humanos, a imagem de si próprios, de outros, de suas necessidades, propósitos e relacionamento, são suas

opiniões públicas. Aquelas imagens que são feitas por grupos de pessoas, ou por indivíduos agindo em nomes dos grupos, é Opinião Pública com letras maiúsculas. (LIPPMANN, 2008, p. 40)

O que todas essas definições de opinião pública têm em comum é que os sentimentos e opiniões que elas envolvem são uma reação a algo inventado, criado em suas próprias mentes ou por um grupo de pessoas. Quando uma pessoa vivencia um acontecimento, ela o processa de acordo com o seu contexto e sua experiência preexistente. Ao relatá-lo a uma segunda pessoa, obviamente ela repassa imagens e ideias já com uma certa opacidade. O mesmo acontece com as mídias, mas a questão é que esse relato midiático — por ser criado em nome de um grupo de pessoas, por relatar fatos que muitas vezes não chegariam ao grande público de outra forma e por vir de um lugar denominado como uma fonte de informação — é um relato que envolve a Opinião Pública com letras maiúsculas, o que quer dizer que engloba uma responsabilidade maior e inclui mais pessoas, mais pontos de vista e mais contextos.

Por que trazer novamente o ponto sobre a importância do lugar dos jornais e das mídias e uma certa responsabilidade que eles têm com seus leitores e espectadores? Uma questão mais particular desse lugar de onde as mídias falam é que muitas vezes elas comunicam acontecimentos que um grupo seleto ou pouquíssimas pessoas presenciaram, seja um acidente de carro, um assalto a banco ou o discurso de um líder político. Por ser algo que a maioria do seu público não presenciou, fala-se então do mundo comentado. Nas palavras de Lippmann (*ibidem*, p. 30): “a representação do ambiente que em menor ou maior medida é feita pelo próprio ser humano”.

O autor ainda traz outro olhar importante sobre o mundo comentado, que é a forma como o público das mídias em geral reage a ele: “podemos observar que as notícias sobre ele [o ambiente no qual vivemos] nos chegam ora rapidamente, ora lentamente; mas o que acreditamos ser uma imagem verdadeira, nós a tratamos como se ela fosse o próprio ambiente” (*ibidem*, p. 23). Para quem não viu pessoalmente um acontecimento, o mundo comentado acaba tomando o lugar do ambiente real e tudo nele pode ser interpretado como o acontecimento de fato. Dessa forma, a reação de quem interage com esse mundo “ficcional” (no sentido de não real) é sobre algo que lhe foi contado e não sobre o fato em si. “O único sentimento que alguém pode ter acerca de um evento que ele não presenciou é o sentimento provocado por sua imagem mental daquele evento” (*ibidem*, p. 29). É curioso perceber que essa reação não se dá apenas com fatos, pois o mesmo acontece com celebridades ou grandes

personalidades: o público as conhece apenas por meio de uma personalidade fictícia, uma representação de quem são e algo que é construído pela mídia ou até por elas mesmas, mas não é a imagem real.

A relação entre o mundo real e o pseudo-ambiente, como nomeia Lippmann (2008), é um verdadeiro “vai e vem”, isso porque: o que acontece no mundo concreto das experiências é relatado e chega aos destinatários como o mundo comentado; o público, que tem apenas as informações do que foi comentado, reage a esse pseudo-ambiente que não é o real, no entanto, essas reações e as suas consequências operam no ambiente real, onde as ações acontecem. Visto que a linha que separa os dois ambientes é tênue, é compreensível a dificuldade de distinguir que tipo de informação está sendo processada. É uma ficção traduzida por algo ou alguém? Ou é o que de fato ocorreu? Mais do que isso, “a resposta é instantânea. A ficção é tomada como verdadeira porque a ficção é um mal necessário” (ibidem, p. 35).

Parte do pseudo-ambiente que consiste em um mal necessário são as limitações que ele envolve. Limitações tanto por parte do público, que não tem acesso ao acontecido, como também por parte dos próprios jornalistas.

Devemos considerar primeiro os principais fatores que limitam o acesso aos fatos. São eles as censuras artificiais, as limitações do contato social, a relativa falta de tempo disponível diariamente para prestar atenção nos assuntos públicos, a distorção emergente devido os eventos que precisam ser comprimidos em mensagens muito breves, a dificuldade em fazer um pequeno vocabulário expressar um mundo complicado, e finalmente o temor de enfrentar aqueles fatos que parecem ameaçar a rotina estabelecida das vidas humanas. (Ibidem, p. 41)

Dentre os fatores trazidos, vale ressaltar um em especial: o medo de enfrentar fatos que podem ameaçar uma rotina, uma maneira de fazer e ver as coisas que já está bem estabelecida. Esse seria um bom motivo para “manter as aparências”, para sustentar representações que asseguram um certo *status quo*. Esse é um outro lado das representações, diferente do primeiro que está muito relacionado à tradução de um mundo não visto, a classificar e organizar a comunicação entre as pessoas para tornar o mundo inteligível. Esse outro lado engloba o que se conhece por *crenças*, ainda relacionadas a tornar o mundo legível, mas refletindo um sentimento mais irracional do ser humano.

A crença pertence a um domínio no qual já existe uma verdade constituída, que depende de um certo sistema de pensamento, e à qual o sujeito adere de maneira não racional. É pois um domínio que se define pelo encontro entre uma verdade como

“saber que se sabe saber” e um sujeito que se dirige a essa verdade animado de “uma certeza sem provas”, e que dela se apropria. (CHARAUDEAU, 2013, p. 121)

Para entender melhor a ideia de crenças, Charaudeau faz um paralelo entre elas e as opiniões pessoais. Embora as duas sejam semelhantes por dividirem pessoas a favor ou contra, a opinião requer um “cálculo de probabilidade que não existe na crença e que faz com que a opinião resulte de um julgamento hipotético a respeito de uma posição favorável/desfavorável e não sobre um ato de adesão/rejeição” (ibidem, p. 122). Diferente do que foi comentado antes, ao falar de crenças, não fazem mais parte as hipóteses que imaginam os jornais ou as opiniões que eles esperavam ser as do público. Ao mesmo tempo que as crenças são uma verdade absoluta para as pessoas, não existem provas ou evidências de que aquilo é verdade. É quase como uma “aposta às cegas”, mas por estarem englobadas no universo das representações, as crenças muitas vezes guiam os comportamentos e as expectativas das pessoas.

Como parte da conduta de ser humano e por participar das trocas entre pessoas, as crenças também aparecem nas mídias e nos jornais, desta vez sendo contrastantes com a ideia dos mesmos de levar conhecimento.

Os saberes de conhecimento e de crenças constroem -se, pois, no interior desse processo de representações, mas a fronteira entre eles é difícil de determinar. [...] Nessas condições, é nosso direito indagar sobre os efeitos interpretativos produzidos por algumas manchetes de jornais (ou mesmo sobre determinada maneira de comentar a atualidade) quando estas, em vez de inclinar-se para saberes de conhecimento (“o presidente da comissão entrega o relatório ao primeiro-ministro”), põem em cena saberes de crença que apelam para a reação avaliativa do leitor (“o presidente da comissão entrega uma bomba ao primeiro -ministro”). [...] No debate político a respeito de trabalhadores, e segundo o contexto em que se insere, o emprego dos qualificativos “estrangeiros”, “imigrantes”, “clandestinos”, “pardos”, revela as crenças em que se baseia o pensamento em foco. (Ibidem, p. 47)

Mais do que apenas um ponto contrastante com o ideal das mídias, a forma como as crenças permeiam a produção jornalística é um ponto de atenção importante, uma vez elas fazem parte do primeiro contato dos leitores com os fatos dos jornais e terão um papel crucial na absorção de tal informação, como será discutido a seguir.

3.2 As histórias que nós contamos

Apresentada a visão geral do que são as crenças, para falar um pouco mais do seu papel nas mídias e principalmente da sua participação nessa comunicação com o público, vale comentar outros dois conceitos, os quais estão intimamente relacionados à crença: o preconceito e os estereótipos. A relação dessas 3 ideias foi muito bem resumida por Charaudeau (2013, p. 121) ao dizer que

Toda adesão a idéias preconcebidas, a rumores, a julgamentos estereotipados que aparecem sob a forma de enunciados mais ou menos fixos (provérbios, aforismos, máximas, mas também expressões idiomáticas, fraseologia ritualizada etc.) que circulam nos grupos sociais, participa desse fenômeno de crença. Pois, em todos os casos, através desses enunciados, o sujeito acredita estar aderindo a uma verdade universal, a um mundo de evidência que o tranquiliza.

Conectando ao que já foi falado sobre as crenças serem vistas como uma verdade universal, o trecho acima traz, além disso, uma função que elas acabam tendo para as pessoas: a de tranquilizá-las. Esse ponto ainda será bastante explorado neste trabalho mais adiante. Por hora, seria interessante entender melhor sobre os dois novos conceitos apresentados. Em seu trabalho “*Estereotipos y prejuicios*”⁸, Bruno Mazzara traz uma classificação bem completa do que seria a ideia de preconceito. Segundo o autor (1999, p. 1, tradução nossa)

O termo preconceito se refere à existência de um julgamento que é estabelecido antes da experiência do objeto a ser julgado ou, pelo menos, antes da experiência ter sido interpretada objetivamente. É usado no sentido de “julgamento errôneo”, precisamente porque vem de um procedimento incompleto de análise da realidade.⁹

Os preconceitos dizem respeito a um momento em que a pessoa vive uma situação, mas ainda não processou por completo tal experiência. Olhando para o conceito de estereótipos, aborda-se uma etapa simultânea à que se encontram os preconceitos: o momento de tradução do mundo que se vê, mas em um processo mais interno do que o de transformação do mundo a significar e o mundo comentado por ser uma tradução individual, da própria pessoa que vivencia o acontecimento. Mazzara (ibidem) explica melhor esse segundo conceito dizendo que “as pessoas não lidam diretamente com a realidade, mas sim com imagens cognitivas dela, construídas como simplificações que nos permitem interpretar

⁸ “Estereótipos e preconceitos” (tradução nossa).

⁹ “El término prejuicio se refiere a la existencia de un juicio que se establece antes de contar con experiencia sobre el objeto que se juzga o, al menos, antes de que la experiencia se haya interpretado objetivamente. Se usa en sentido de 'juicio erróneo', precisamente por proceder de un procedimiento incompleto de análisis de la realidad.”

os eventos a partir da coerência com essas imagens que chamamos de estereótipos” (MAZZARA, 1999, p.1, tradução nossa)¹⁰. Em resumo, essas duas noções, principalmente a de estereótipos, fazem parte do processo humano de simplificar o mundo que se conhece.

Para falar do meio de simplificação, retoma-se uma ideia dentro de representações: a de categorização, algo relevante quando falamos em transformar uma coisa complexa em partes menores e mais simples. É exatamente isso que acontece quando os estereótipos entram em prática: eles identificam uma característica e ela torna-se o todo, passa a definir quem é e em qual grupo pertence aquela pessoa ou coisa. Mas o processo de categorizar, no seu sentido mais puro, tem como objetivo ajudar a responder mais rápido, a entender um comportamento e ter uma resposta imediata. Já a categorização dentro dos estereótipos e dos preconceitos é um pouco diferente. Segundo Mazzara (1999, p. 4, tradução nossa),

As categorias são comportamentos de uma realidade simplificada, que nos permitem tornar visível nosso comportamento. As categorias nos possibilitam tomar decisões em tempo real. Mas eles atingem o estado de estereótipo ou preconceito através da inclusão de aspectos supérfluos (que não são de interesse para a tomada de decisões de comportamento) e acabam sendo precisamente os aspectos mais relevantes para a classificação de pessoas ou grupos.¹¹

Infelizmente é possível identificar diversos problemas atuais em decorrência dessa classificação de pessoas (Fig. 12). Já apareceram alguns exemplos neste trabalho onde o simples ato de nomear algo ou alguém de *clandestino*, *imigrante* ou, como será visto mais adiante, de *estudante* ou *bom moço* traz nessas palavras pré concepções carregadas de significados. Se alguém entregou uma bomba, então é um caso sério, pode ser sinal de um problema; se ele é um bom moço como todos falam, será que ele deveria ser tratado como um criminoso? Lippmann (2008) relaciona então a classificação de pessoas com o processo de nomeação dos jornais e das mídias: “em alguma medida, estímulo externo, especialmente quando há palavras impressas ou faladas, evoca alguma parte de uma sistema de estereótipos,

¹⁰ “Las personas no manejamos directamente la realidad sino imágenes cognitivas de ésta, construidas como simplificaciones que permiten interpretar los acontecimientos desde la coherencia con esas imágenes que denominamos estereotipos.”

¹¹ “Las categorías son comportamientos de una realidad simplificada, que manejamos para hacer visible nuestro comportamiento. Las categorías permiten tomar decisiones en tiempo real. Pero alcanzan el estado de estereotipo o prejuicio mediante la inclusión de aspectos superfluos (que no interesan para tomar decisiones de comportamiento) y terminan siendo precisamente los aspectos más relevantes para clasificar las personas o los grupos.”

de forma que a sensação real e o preconceito ocupam a consciência ao mesmo tempo” (LIPPMANN, 2008, p. 99).

Figura 12 — Charge polêmica em jornal dinamarquês



Fonte: DEUTSCHE WELLE, 2020.

Mais do que inevitáveis, os estereótipos são ensinados, passados por meio das mais diversas formas dentro de uma cultura, sejam programas de televisão, um ditado popular, dentro da família, da escola, do trabalho e assim por diante. “Na confusão brilhante, ruidosa do mundo exterior, pegamos o que nossa cultura já definiu para nós, e tendemos a perceber aquilo que captamos na forma estereotipada para nós por nossa cultura” (ibidem, p. 85). Não é por que os estereótipos são indispensáveis que eles não possam ser reeducados, que não possa existir um esforço para que, uma vez identificados, eles não sejam reproduzidos e, com o tempo, percam a força. A questão é que eles estão presentes em todo o processo de percepção de uma pessoa, dizendo o que é familiar e confortável e, ao mesmo tempo, o que é estranho, de outro mundo, distante do que se conhece.

Os estereótipos estão dentro da opacidade. É como se “olhássemos o vermelho através de óculos azuis e víssemos o verde” (ibidem, p. 99). Tal opacidade aparece tanto no momento de troca de informações, como já comentado sobre a escolha de palavras dos jornais, como também aparece em um processo mais interno, de como cada pessoa percebe e absorve o ambiente à sua volta. Isso é importante, pois ao falar de crenças, preconceitos e estereótipos, fala-se de algo extremamente pessoal, “os fatos que vemos dependem de onde estamos posicionados e dos hábitos dos nossos olhos” (ibidem, p. 84). São conceitos intimamente relacionados à cultura, aos hábitos, à criação familiar e, mais que tudo, à identidade.

A identidade é abordada aqui no sentido de pertencimento, de dizer quem uma pessoa é, onde ela pertence e o que lhe é visto como familiar. A identidade de cada um é a mais

absoluta representação de quem se é. Ela diz aos outros qual a sua essência e carrega uma ideia de valor. Nesse aspecto, os estereótipos têm dois papéis: classificar a identidade alheia (aquela pessoa é estrangeira, portanto ela não pertence a esse país ou a essa cultura, ela pertence à outra); proteger as pessoas, pois eles dizem o que pertence ao mesmo grupo que elas, o que lhes é familiar e, portanto, seguro, ao mesmo tempo que dizem o que lhes é estranho e uma possível ameaça. Como pontua Lippmann (2008, p. 97)

[Um padrão de estereótipos] é a garantia do nosso auto-respeito, é a projeção sobre o mundo de nossos sentidos, de nosso próprio valor, nossa própria posição e nossos próprios direitos. Os estereótipos estão, portanto, altamente carregados com os sentimentos que estão presos a eles. São as fortalezas de nossa tradição, e atrás de nossas defesas podemos continuar a sentir-nos seguros na posição que ocupamos.

A ideia de segurança está atrelada a familiaridade, “se os eventos se encaixam nele [nosso mundo estereotipado] há uma sensação de familiaridade, e sentimos que estamos nos movendo com o movimento dos eventos” (ibidem, p. 103). O ser humano sente-se seguro com o que já conhece, seja algo da sua cultura com o qual ele convive há muito tempo e lhe é comum, seja porque alguém o entregou essa visão de mundo mastigada, simplificada. Se tudo acontece conforme o esperado e o conhecido, existe a sensação de que o mundo como se conhece, como se imagina está certo, que a visão do mundo que se tem é correta e então tudo está dentro dos conformes. “Consequentemente, o estereótipo não só poupa tempo numa vida ocupada e é uma defesa de nossa posição na sociedade, mas tende a preservar-nos de todo efeito desconcertante de tentar ver firmemente o mundo e vê-lo completamente” (ibidem, p. 111). Isso quer dizer que muitas vezes o ser humano não está preparado para lidar com o mundo como um todo, com muita informação, as quais podem estar fora do seu controle, fora do familiar e são cenários nos quais sua identidade parece não estar segura.

Se o familiar traz segurança, o que acontece quando o ser humano entra em contato com algo fora disso, algo que pareça uma ameaça ou o faça sentir-se desprotegido?

Sentir-se parte de uma comunidade significa dar e receber confirmação constante do modelo cultural, dando sentido ao que se faz, à própria história, aos próprios projetos para o futuro, sabendo que é parte de um sistema de regras que se conhece bem e que nos fazem sentir mais seguros. Como consequência de tudo isso, há uma tendência quase universal ao etnocentrismo. Os inimigos não são apenas aqueles que ameaçam a sobrevivência do grupo, mas também aqueles que questionam sua

identidade, sua missão ou sua percepção do mundo. (MAZZARA, 1999, p. 4, tradução nossa)¹²

Este trabalho já apontou que sim, é possível desconstruir estereótipos e preconceitos ensinados, mas não é um trabalho fácil revirar as classificações que já se tem e que estabelecem o mundo como se conhece. Se alguém questiona o porquê de apenas homens poderem trazer o sustento para suas famílias e o porquê das mulheres não poderem contribuir para a renda familiar, essa pessoa pode estar apenas buscando diversificar os papéis e dividir as tarefas. Contudo, essa atitude pode ser vista por muitos homens como uma ameaça à sua posição de “chefe da casa” e de provedor, apesar deles não estarem perdendo seu lugar por completo, pois é apenas uma mudança dos lugares onde as mulheres podem pertencer.

O processo de repensar papéis não é o primeiro caminho que as pessoas escolhem, pois ele mexe com a base da sua visão de mundo e com a sua identidade. Entretanto, como o exemplo anterior buscou ilustrar, questionar estereótipos é muitas vezes necessário e é importante que essa indagação circule dentro da sociedade. Contudo, tal mobilização pode acabar não vindo daqueles que buscam proteger o que lhes é familiar e confortável ou dos que querem manter seu *status* social. De onde deveriam vir então esses questionamentos?

Assim como foi feito no fechamento do primeiro capítulo, é preciso recorrer aos jornalistas para que cumpram o seu dever maior e ocupem tal posição de destaque, uma vez que sobre eles rege uma certa responsabilidade de serem a faísca inicial que levanta discussões sobre a quebra de pré concepções. Lippmann (2008, p. 109) fala dessa função, que pode ser em parte dos jornalistas, e a consequência de não cumpri-la.

Então a menos que haja críticos que tenham a coragem de soar um alarme, e líderes capazes de entender a mudança, e um povo tolerante por hábito, o estereótipo, ao invés de economizar esforço, e focar a energia [...], pode frustrar o esforço e desperdiçar a energia do homem, cegando-o.

O propósito deste atual capítulo era entender melhor o que está inserido no discurso e nas narrativas dos jornais. Foram levantados diversos momentos de intersecção dos jornalistas e do seu público nesse complexo processo de traduzir o mundo em que se vive. Processo esse

¹² “Sentirse parte de una comunidad significa dar y recibir constante confirmación del modelo cultural, dar sentido a lo que se hace, a la propia historia, a los proyectos de futuro, saberse parte de un sistema de reglas que se conocen bien y que nos hacen sentirnos más seguros. Como consecuencia de todo esto, existe una tendencia casi universal al etnocentrismo’. Los enemigos no son sólo aquellos que amenazan la supervivencia del grupo, sino también quienes ponen en duda su identidad o su misión o percepción del mundo.”

que influencia na construção do espaço público e tudo que ele envolve, desde a visão que se tem dos outros, que são representados por essa instância midiática, até o próprio papel da máquina jornalística, que é constantemente questionado e cobrado. Isso porque todos os tipos de mídia correspondem a um palco onde as informações podem ganhar destaque e chegar a todos os lugares, mas tal palco é criado por e para seres humanos.

4 ANÁLISE DO CASO TED BUNDY

Muito comentado neste trabalho, o fator humano traz uma bagagem e uma opacidade própria em todas as suas formas de comunicação, e dentro do discurso jornalístico é o principal fator envolvido nas diversas polêmicas e desafios enfrentados pelos jornalistas. Para discutir melhor todos esses conceitos apresentados anteriormente, será visto um caso prático de como os jornais retrataram um episódio que envolvia diversos aspectos de saliência, que prendia a atenção do público a cada reportagem que saía e fazia com que eles tivessem vontade de mais e mais conteúdos sobre o assunto. No entanto, esse era um caso que falava de assassinatos — no plural. Um caso que lidava com a quebra do estereótipo do bom moço, do estudante com boas notas, do “garoto que poderia ser meu vizinho”.

O enfoque deste trabalho agora será olhar para a cobertura jornalística nos Estados Unidos durante o julgamento de Ted Bundy, um jovem de 33 anos acusado de assassinar 2 estudantes na Flórida e ferir gravemente outras duas, não sendo esses os primeiros crimes pelos quais ele foi acusado. Para chegar à análise em si, primeiro é preciso conhecer a história de Ted Bundy, os crimes nos quais ele esteve envolvido e o contexto onde tudo isso se desenrolou.

4.1 A vida e a morte de Ted Bundy

Theodore Robert Cowell, conhecido mais tarde como Ted Bundy, nasceu em 1946 em Burlington, Vermont, e vivia com seus pais e sua irmã mais velha, Louise (Fig. 13). Pelo menos era nisso que ele acreditava. A verdade é que o casal que Ted pensava serem seus pais eram, na verdade, seus avós maternos e Louise era sua mãe biológica, a qual teve um breve relacionamento com um militar da Força Aérea, que depois nunca mais viu. Por ser bem jovem e não ter se casado na época, a família preferiu abafar o caso e apresentar Ted como filho do casal e irmão mais novo de Louise. Fato que Ted descobriria muitos anos depois, já com 21 anos.

Esse foi apenas o começo de uma infância bem conturbada, uma vez que também se descobriu mais tarde que o avô de Ted era uma figura violenta, principalmente com sua esposa, o que teria motivado Louise, para fugir deste cenário, a se casar com John Culpepper Bundy e mudar-se para Tacoma, Washington, com seu até então irmão mais novo. Mais tarde,

John teria adotado Ted e, por isso, dado-lhe seu sobrenome. Não foi uma mudança fácil para o menino, já que ele não entendia o por quê de ser afastado de seus pais e obrigado a morar com sua irmã mais velha.

Figura 13 — Ted Bundy quando criança



Fonte: Livraria Criminal, 2014.

Vivendo já em uma vizinhança melhor do que a anterior, Theodore Bundy, segundo relatos de vizinhos, mostrava-se uma criança tímida, solitária e que tinha problemas para interagir e enturmar-se na escola, mas também um aluno exemplar e até brilhante, com as melhores notas da turma, o que lhe rendeu na época uma fama de bom moço, inteligente e educado. Mais tarde, entrou na faculdade de Washington State University e graduou-se com louvor em psicologia em 1969, tendo trabalhado por um tempo em uma linha telefônica de prevenção a suicídios. Alguns anos depois, entrou no curso de direito e filiou-se ao Partido Republicano, onde conheceu senadores e outras figuras importantes, além de ter considerado seguir uma carreira política. Outro fato interessante que alimenta essa “fama” do bom rapaz é que Ted Bundy chegou a salvar a vida de uma criança que estava se afogando e por isso recebeu uma condecoração em Seattle.

Foi durante a sua graduação em direito que aconteceram os primeiros crimes identificados como de Ted Bundy, pois não se sabe ao certo se esses foram realmente seus primeiros assassinatos. Todas as suas vítimas eram mulheres jovens, com um certo padrão estético e que ele abordava em parques, escolas, fraternidades e faculdades. Para atrair as mulheres, sua tática era, muitas vezes, segundo relatos de uma sobrevivente e de pessoas nas

cenas dos crimes, fingir estar machucado, com o braço ou a perna engessada e precisando de ajuda para carregar algo até o seu carro. “Era bom moço, bem-sucedido, as mulheres o achavam muito atraente, o que explica que várias vítimas tenham entrado em seu carro sem conhecê-lo [antes dele sequestrá-las e matá-las]”, ressalta Scott Bonn, sociólogo e criminologista da Universidade de Drew em Madison, nos Estados Unidos, em uma entrevista à BBC¹³. Uma pesquisa realizada em 2005 pela Unidade de Análise de Conduta do FBI sobre assassinos em série concluiu que eles “não têm aparência de monstro e, com frequência, têm famílias e lares, empregos e aparentam ser membros normais da comunidade”.

A polícia de pelo menos dois estados já estava a procura de Bundy (mesmo não sabendo ainda que ele era o “Ted” que procuravam) quando, em agosto de 1975, ele foi parado e preso em Utah por dirigir acima da velocidade e por ter em seu carro objetos suspeitos como uma máscara de ski, um picador de gelo, algemas, entre outros (Fig. 14). Carol Daronch havia denunciado uma tentativa de sequestro alguns meses antes e, na época, chegou a identificar Bundy como seu sequestrador, o que levou ao primeiro julgamento de Ted em 1976, em Utah. Ele foi considerado culpado e sua sentença foi de 1 a 15 anos de prisão.

Figura 14 — Itens encontrados pela polícia no carro de Bundy em 1975



Fonte: Livraria Criminal, 2014.

¹³ Cf. DÍEZ, Beatriz. **Ted Bundy**: quem foi o assassino em série que ainda intriga os EUA e virou tema de filme e série da Netflix. In: BBC Brasil. 13 fev. 2019. Disponível em: <www.bbc.com/portuguese/geral-47220321>. Acesso em: 6 mar. 2021.

Logo após o julgamento, investigadores do Colorado que procuravam um suspeito com características semelhantes à Bundy, tanto de aparência quanto de *modus operandis*, o acusaram pelo homicídio de Caryn Campbell e o levaram a julgamento em Aspen, Colorado. Nessa ocasião, Ted decidiu ser seu próprio representante legal e, por isso, tinha acesso à uma biblioteca do tribunal para preparar sua defesa. Em um dos momentos em que foi deixado estudando sozinho, escapou pulando pela janela do segundo andar do tribunal. Ele foi capturado 8 dias depois voltando de uma floresta com 11 quilos a menos, mas ainda foi capaz de dar um sorriso para as câmeras enquanto era escoltado de volta ao tribunal em junho de 1977 (Fig. 15).

Figura 15 — Bundy no tribunal de Colorado em 1977



Fonte: Observador, 2019.

Surpreendendo mais uma vez as autoridades e também a mídia, 6 meses após a primeira fuga, em 30 de dezembro do mesmo ano, enquanto aguardava o julgamento de Caryn no presídio do Colorado, Ted Bundy escapou por um buraco no teto de sua cela e só foi dado como desaparecido um dia depois. Mais tarde, Ted contou em entrevistas sobre todo o preparo e antecipação que teve para organizar suas fugas, fato que chegava a ser deslumbrante e emocionante para um público curioso.

Durante o tempo em que não haviam percebido seu desaparecimento de sua cela, Bundy voou de avião até Chicago e, depois, foi de trem e de carona para Tallahassee, Flórida. Duas semanas depois de sua fuga, Ted Bundy entrou na fraternidade Chi Omega da Florida

State University e matou duas estudantes, Margaret Bowman e Lisa Levy, depois de as ter torturado e violentado sexualmente. Outras duas estudantes acabaram feridas por Ted, mas sobreviveram ao ataque. Um mês depois, Bundy atacou novamente, dessa vez uma menina de 12 anos, Kimberly Leach, que foi estuprada e estrangulada, tendo sido sua última vítima. Depois de alguns dias, o assassino foi apreendido pela polícia por estar em um carro com placa roubada.

No entanto, Ted não foi reconhecido de imediato e estava com uma carteira de identidade falsa, mas foi considerado como um dos principais suspeitos do ataque a Chi Omega por ter sido visto nas redondezas. Uma vez identificado, ele foi transferido para Miami onde aconteceria o julgamento pela morte das duas estudantes (ainda não se suspeitava do envolvimento de Bundy na morte de Kimberly Leach).

É importante conhecer esse panorama geral da vida de Ted Bundy e seus primeiros encontros com a polícia dos Estados Unidos, uma vez que esse era o cenário que os jornalistas e o público tinham acesso quando o caso tornou-se nacional e passou a ter cobertura 24 horas. Graduado em psicologia, estudante de direito, filiado ao partido republicano e “um bom samaritano”. Condenado pela tentativa de sequestro de uma jovem de 17 anos, acusado pelo homicídio de outra jovem de 23 anos, duas fugas no Colorado e agora em julgamento pela morte brutal de duas estudantes. Vale ressaltar também que os ataques de Bundy eram extremamente violentos, envolvendo espancamentos, torturas, estrangulamento e diversos abusos sexuais antes e depois de matar suas vítimas (um fato ainda mais assustador que seria descoberto mais adiante pelo público).

4.1.1 O julgamento da Flórida

O julgamento de junho de 1979 pelos ataques na fraternidade Chi Omega foi o primeiro julgamento a ser televisionado nos Estados Unidos, abrindo precedentes mais tarde para o caso de O. J. Simpson. Um mês antes do julgamento, o Supremo Tribunal da Flórida tinha aprovado uma lei que permitia o uso de câmeras e equipamentos de gravação dentro dos tribunais do Estado. É interessante também perceber o contexto em que tudo isso acontecia: em novembro de 63, o público estadunidense tinha acompanhado ao vivo a morte de Lee Harvey Oswald, o assassino de John Kennedy que foi baleado enquanto era levado preso, fato que estava sendo transmitido pelos jornais na época. No final dos anos 60 e início dos anos

70, cenas brutais da Guerra do Vietnã estavam sendo assistidas em horário nobre por todas as casas dos Estados Unidos. E agora julgamentos de assassinatos podiam ser vistos em detalhes com apenas um clique. A mídia e o público da época estavam acostumados a um tipo de entretenimento que não se baseava em fantasia e sim em fatos reais.

Quando falou-se anteriormente nesta análise sobre o novo jornalismo e a pós modernidade, comentou-se a tendência do jornalismo da época de buscar pelo “mais bizarro e sensacionalista, a proliferação de lendas urbanas e o status mítico de ídolos e celebridades globais e o uso da ficcionalização a serviço de obras biográficas e históricas” (FONTANA, 2006, p. 326). E isso fica claro quando trazemos os exemplos acima, de cenas de extrema violência trazidas de forma sensacional pela mídia e que eram avidamente consumidas pelo público, o mesmo público que buscou ser alimentado constantemente pelos jornais sobre os recentes crimes de assassinatos em série. O caso Ted Bundy tinha tudo para chegar às manchetes (Fig. 16). Ele tinha o público certo para virar notícia e algo só se torna realmente notícia quando chega à pessoas que têm um “interesse noticioso”, uma vez que “todo o público tem seu próprio universo de discurso e um fato só é fato em algum universo de discurso” (PARK, 1970, p. 171). Segundo Felipe Tarroba Bernaldo Quiros (1968), o caso também tinha diversos fatores da pirâmide de interesses previsíveis que jornalistas devem levar em conta: celebridade das pessoas envolvidas (à essa altura, Bundy já era célebre, conhecido por todo o país e afora); raridade do acontecimento (assassinato brutal durante uma fuga da cadeia); interesse humano (tanto o interesse já comentado acima como também a busca por entender quem é esse jovem estadunidense que está em julgamento); e, por último, mas não menos importante, o entretenimento, ao vivo e direto para suas casa.

Figura 16 — Bundy sorrindo durante o julgamento de 1979



Fonte: SEWELL, 2019.

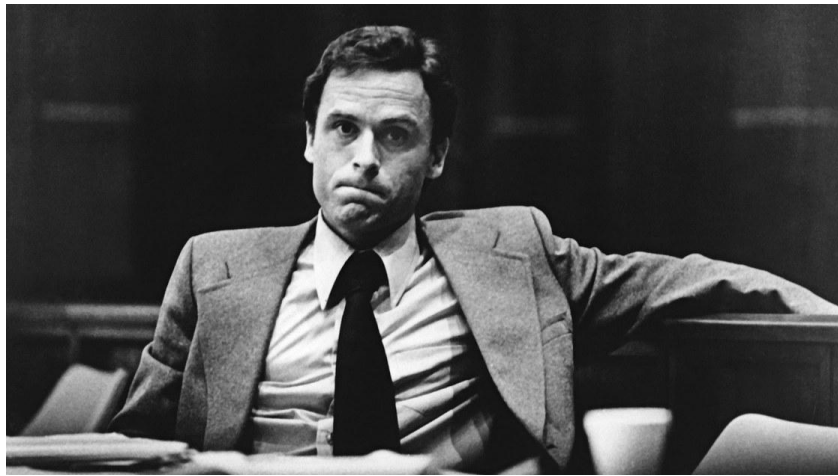
Inicialmente, Ted Bundy foi contra a transmissão de seu julgamento, entrando com uma apelação que foi negada pelo juiz. Mas não demorou muito para que Ted se adaptasse ao palco em que foi colocado, tornando-se o protagonista da história. Um exemplo disso foi a mudança no seu “figurino” (Fig. 17), que não passou despercebido pelo juiz Edward Cowart: “Eu diria que você parece bem hoje, Sr. Bundy. É bom vê-lo com seu uniforme adequado” (tradução nossa)¹⁴. Quando perguntado se a presença das câmeras tinha afetado o comportamento de Bundy, o juiz respondeu: “Ele estava muito consciente da presença da câmera. Toda vez que algo ia acontecer em um lugar onde seria lógico tirar uma foto dele, ele olharia para a câmera e faria a coisa dele” (tradução nossa)¹⁵.

¹⁴ Cf. LAUREDO, Malcolm. **Serial Killer Ted Bundy Found the Spotlight During His Miami Trial**. In: MIAMI New Times. 4 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.miaminewtimes.com/arts/ted-bundy-murder-trial-in-miami-foreshadowed-true-crime-fandom-11070191>>. Acesso em: 6 mar. 2021.

“I might say you look nice today, Mr. Bundy. I’m glad to see you in proper uniform.”

¹⁵ Ibidem. “He was very conscious of the camera. Every time something would happen where it would be logical to get a shot of him with the camera, he would look over at the camera and do his thing.”

Figura 17 — Bundy no tribunal de Miami em 1979



Fonte: Observador, 2019.

O tribunal de Miami recebeu cerca de 250 repórteres de 50 estados e de 9 países estrangeiros, e tinha uma estrutura gigantesca para acomodar todas as câmeras e a transmissão ao vivo. Em frente às câmeras, Ted Bundy agia sempre de forma educada, sociável, algumas vezes até de forma bem humorada e extrovertida, e estava sempre bem vestido e arrumado. Essa postura vista por todos, junto com as histórias contadas pela mídia, criavam uma imagem positiva, a qual ainda recebia o respaldo do seu histórico como estudante, afiliado político e bom moço. Essa imagem positiva passou a ser construída e absorvida dia após dia por meio da televisão, dos jornais e até nas conversas rotineiras, e fez com que se começasse a levantar dúvidas.

Teria esse jovem estudante de 20 e tantos anos cometido tais crimes? Seria ele capaz de cometer crimes tão violentos? Dúvidas que não vinham só de “fãs” que defendiam o seu bom caráter, mas também passaram a vir de muitos assistentes desse espetáculo. Nas palavras de Scott Bonn, “Ele se parece com o rapaz que mora ao lado” (tradução nossa)¹⁶, e ninguém imagina, nem quer acreditar, que alguém que parece seu vizinho poderia ser um assassino em série. Vale lembrar novamente que esse não era o primeiro julgamento de Bundy: os assassinatos da Chi Omega aconteceram durante a sua segunda fuga do julgamento em Colorado, que também não tinha sido a primeira vez de Ted em um tribunal.

¹⁶ “He looked like the boy next door.”

Em seu texto “A obsessão da cultura pop por *serial killers* nos anos 1980: Ted Bundy”, Letícia Rosa diz (2019)¹⁷: “A mídia que contribuiu de forma significativa na construção de sua figura, delineando roteiros ora explorando a dúvida em relação à autoria dos crimes, ora o apontando como um vilão, realizando uma importante mediação entre ele e a audiência.” Quando as pessoas não estavam se perguntando sobre a inocência ou culpa de Bundy, elas estavam entretidas pelas histórias dos jornais ou com cenas do julgamento, como se fosse mais uma novela que estivesse passando na época, na qual, a cada capítulo, aparecem novos personagens, existem reviravoltas surpreendentes e também um personagem principal que todo mundo acompanha.

Durante o mês do julgamento de Ted Bundy, a audiência estadunidense viu imagens brutais dos assassinatos na fraternidade, assistiu a Ted reclamar dos seus aposentos na prisão e de seus advogados, até tornar-se ele próprio um “coadvogado” do caso. O público acompanhou também uma sobrevivente do ataque descrever em detalhes a cena do crime e identificar o homem que viu saindo pela porta dos fundos. O testemunho de Nina Reary, somado ao depoimento de um especialista que confirmou que as mordidas encontradas nas vítimas eram do acusado, levaram à condenação de Theodore Bundy com sentença de pena de morte pela cadeira elétrica, segundo a legislação do estado da Flórida.

Depois do fim do julgamento de Miami, Ted foi acusado por investigadores do caso de Kimberly Leach, de 12 anos, assassinada pouco tempo depois das vítimas da Chi Omega e de forma parecida. Durante o julgamento, Ted interrogou uma de suas maiores admiradoras e defensoras, Carole Ann Boone, que testemunhava a seu favor. Como mais um capítulo dessa novela, em frente às câmeras e ao tribunal, Ted Bundy surpreende o público mais uma vez quando, em meio ao seu interrogatório, faz um pedido de casamento ao qual Carol responde que “sim”. Mas toda essa performance não foi suficiente contra as provas físicas e os diversos testemunhos que colocavam o acusado na cena do crime. Mais uma vez, Bundy foi condenado à cadeira elétrica.

Apesar de tantas condenações à pena de morte, passaram-se quase 10 anos até que Ted fosse finalmente executado. Nesse meio tempo, o *serial killer* teve uma filha com a sua então esposa Carol, apesar de não ter tido direito a visitas extraconjugais, e entrou com diversas apelações na justiça tentando livrar-se da pena de morte. Como uma última tentativa, alguns

¹⁷ ROSA, Letícia. **A obsessão da cultura pop por serial killers nos anos 1980: Ted Bundy**. In: MEDIUM. 11 ago. 2019. Disponível em: <<https://medium.com/@rosamachadole/a-obsess%C3%A3o-da-cultura-pop-por-serial-killers-nos-anos-1980-ted-bundy-ff111ccd59f5>>. Acesso em: 6 mar. 2021.

dias antes da data marcada para a sua execução, Ted Bundy confessou a investigadores cerca de 30 homicídios em 7 estados diferentes dos Estados Unidos, apesar de muitos acreditarem que seu número de vítimas é muito maior. Em 24 de janeiro de 1989, Theodore Robert Cowell foi executado no presídio estadual da Flórida.

Um menino com uma infância difícil e confusa, que inicialmente mostrava dificuldades para socializar e falar em público, anos depois construiu uma personalidade extremamente cativante, contraditória e midiática que ficou gravada na mente do público estadunidense até hoje, não só por seus crimes horripilantes e assustadores mas principalmente pelo papel que desenvolveu em frente às câmeras como o *all american boy*.

4.2 A versão das reportagens sobre o caso

Uma vez apresentada a conturbada personalidade que foi Ted Bundy e as suas investigações e condenações, fica evidente que esse caso em específico mobilizou diversas esferas públicas da época: desde os jornais e a televisão até os mais diversos públicos, fãs e apoiadores, pessoas que comemoraram sua execução, familiares, conhecidos e até o público internacional, que pode acompanhar o julgamento ao vivo. Hoje, essa mobilização continua de outras formas: por meio de curiosos pelo caso, estudos nas mais diferentes áreas, séries e filmes sobre o episódio e, inclusive, este trabalho. As possíveis discussões acerca da figura de Bundy e o movimento que ele provoca até os dias atuais são infinitas, mas para seguir o objetivo desta análise, foi escolhido contemplar a cobertura dos jornais da época sobre o seu julgamento mais saliente, que ocorreu na Flórida em 1979, e o discurso que construído sobre a personalidade do caso.

Para esta análise, foram sondadas reportagens publicadas nos Estados Unidos entre 1976 (data do primeiro julgamento de Bundy em Aspen) e 1983 (pouco tempo depois da sua condenação na Flórida). Dentre elas, uma se destacou: “*All-american boy on trial*”¹⁸, escrita por Jon Nordheimer, chefe do escritório de Miami do The New York Times, e publicada em 10 de dezembro de 1978, um ano antes do tribunal da Flórida. Essa foi uma reportagem de nove páginas publicada em um jornal de destaque e reconhecimento internacional, que conta toda a investigação referente a Bundy, entrevistas com investigadores, familiares, conhecidos

¹⁸ “Garoto ‘todo americano’ em julgamento” (tradução nossa).

NORDHEIMER, Jon. **All-american boy on trial**. In: THE New York Times. 10 dez. 1978. Disponível em: <<https://bit.ly/3kcIx86>>. Cf. Anexo A deste trabalho. Todos os trechos utilizados estão disponíveis neste link.

e trechos de cartas do réu para o repórter. No entanto, teria sido a reportagem escrita com foco apenas na distribuição dessas informações ou pode ter a criação de uma narrativa dramática por trás? Esse é o foco da análise que será vista em mais detalhes adiante.

A discussão final deste trabalho discorrerá da seguinte forma: a reportagem será estudada seguindo a estrutura na qual foi criada — primeiro, observa-se a manchete; depois, os primeiros parágrafos e como a história se desenrolou em seguida; por fim, como ela foi concluída. Ao fazer essa leitura, serão analisados três fatores:

- a) **como Ted Bundy é retratado?** Nesse ponto, o foco é entender como a personagem principal da história é descrita e como esse retrato relaciona-se com os estereótipos nos quais as pessoas tentaram encaixar Bundy naquela época;
- b) **como o caso é contado?** Será analisado quais fatos foram escolhidos para aparecer na matéria e de que forma eles foram apresentados, com a criação ou não de uma narrativa por trás;
- c) **qual o papel do jornalismo no caso?** Por último, levando em conta os dois pontos anteriores, será discutido o papel da reportagem em informar o público sobre o caso Bundy e se o papel escolhido se encaixa no dever do jornalismo já discutido anteriormente neste trabalho.

Dentro desta análise, serão retomados conceitos já abordados nos capítulos anteriores, como o de saliência, seleção de eventos, nomeação, crenças, estereótipos e preconceitos, e também as maneiras de construir uma narrativa e a relação entre ficção e realidade. Essa proposta conversa com o que Charaudeau (2013, p. 87) descreve como a aplicação da visada de informação, visto que será observado a descrição feita pelos jornais e as explicações que eles buscam entregar ao público.

A visada de informação consiste em fazer saber ao cidadão o que aconteceu ou o que está acontecendo no mundo da vida social. A instância midiática tenta realizar essa visada através de dois tipos de atividade linguageira: a *descrição-narração*, para reportar os fatos do mundo; e a *explicação*, para esclarecer o destinatário da informação sobre as causas e as consequências do surgimento desses fatos. Num e noutro caso, embora de maneiras diferentes, coloca-se um problema de relação com a verdade. (Itálico do autor)

4.2.1 Descrição da reportagem

Ao abrirem o jornal na página 46 do The New York Times em 10 de dezembro de 1978 (Fig. 18), os leitores se depararam com, do lado esquerdo, uma imagem de Theodore Bundy algemado e sendo acompanhado por um policial com a legenda: “Bundy é capturado após oito dias escondido na floresta depois da sua primeira fuga da prisão” (tradução nossa)¹⁹; do lado direito, seis fotos de jovens mulheres, cada foto legendada com o respectivo nome seguido do crime no qual estiveram envolvidas: desaparecida em Utah, suposta vítima (de Ted Bundy) e golpeada até a morte. Logo abaixo das imagens, vem a manchete com letras grandes, em maiúscula e negrito: “GAROTO ‘TODO AMERICANO’ EM JULGAMENTO”. Essa é a primeira forma que o repórter escolheu para apresentar o personagem principal dessa história, como o “típico americano”. Abaixo da manchete e entre os parágrafos iniciais, pode ser vista uma frase em destaque: “Alguns dizem que Ted Bundy é o assassino em massa mais prolífico da história americana; Bundy afirma que é a trágica vítima de uma teia emaranhada de circunstâncias” (tradução nossa)²⁰.

Figura 18 — Primeira página da reportagem em análise



Fonte: TimesMachine - acervo The New York Times.

¹⁹ “Bundy is captured after eight days of hiding in his woods after his first prison escape.”

²⁰ “Some say that Ted Bundy is the most prolific mass murderer in American history, Bundy claims he is the tragic victim of a tangling web of circumstances.”

Fica claro que a primeira página busca começar a contar a história apresentando o burburinho e a polêmica que o caso traz por conta da dualidade do réu: por um lado, alguém que está sob acusações gravíssimas de assassinatos; por outro, é uma pessoa que se encaixa na então categoria do estadunidense comum. A página ainda conta com alguns parágrafos que introduzem o caso e continuam a descrever tal polêmica, dizendo como, desde o início, existia uma contradição no estranho caso de Ted Bundy, contradição essa que foi percebida desde a vez em que ele entrou no tribunal de Utah três anos antes (em 1975) por uma acusação de sequestro. Tanto pessoas que conheciam Ted há muito tempo quanto quem o via pela primeira vez tinham a impressão de que algum erro deveria ter acontecido. O repórter, então, começa a descrever fisicamente o acusado, dizendo que ele era “um jovem que representava o melhor dos Estados Unidos, não o pior”, um homem “de aspecto fantástico”, com um ar que lembrava a J. F. Kennedy, um “queridinho” do país. Em seguida, aparece outra característica comumente destacada de Bundy: ele era um estudante de direito no seu segundo ano da faculdade, que fez brincadeiras sobre como aprendeu muito sobre o sistema penal uma vez que o viu por dentro.

É interessante perceber que, apesar da possível interpretação de que o autor está apenas reproduzindo a percepção do público ao ver Ted Bundy, essas informações são contadas como verdades: ele era assim, ele aparentava de tal forma, e assim por diante. Jon Nordheimer tenta conversar com o imaginário do público dos Estados Unidos que acompanhava o caso na época, contando a história de um ponto de vista que deve ser visto como crível — “foi assim que aconteceu”. Esse ponto fica mais claro nas palavras de Charaudeau (2013, p. 90)

As mídias, em sua visada de informação, estão em confronto permanente com um problema de *credibilidade*, porque baseiam sua legitimidade no “fazer crer que o que é dito é verdadeiro”. Desse modo, estão engajadas num jogo da verdade, que consiste em corresponder aos diferentes imaginários sociais que as questionam. (Itálico do autor).

A partir da segunda página da matéria, é curioso notar como o autor passa a alternar entre duas narrativas que mudam de tom repentinamente: a primeira tem como foco a personalidade que é Ted Bundy, como ele era visto pelas pessoas e a sua história, assim como o fez a primeira página descrita acima; a segunda narrativa é voltada para os casos de assassinato que foram relacionados a Bundy com o passar dos anos, que são contados em

detalhes, como será apresentado a seguir. O olhar agora deve ser voltado para os fatos trazidos pelo autor da reportagem e a forma como ele descreve a reação do público quanto a eles.

Depois de apresentar uma pessoa elegante, estudada e que parecia não combinar com o cenário de um tribunal, o repórter conta que essa primeira aparição de Ted Bundy terminou com a condenação do réu pelo sequestro de Carol daRonch, de 17 anos. Mais do que isso, ele conta que até o ano em que o jornal foi publicado (1978), Bundy já havia fugido duas vezes da prisão e estava aguardando na penitenciária do Tallahassee, Flórida, para ser julgado em um novo tribunal. O julgamento em questão foi o ataque à fraternidade Chi Omega, e o jornalista não deixa de incluir alguns detalhes do crime: a escolha de um pedaço de madeira para agredir as quatro estudantes e os estupros e estrangulamentos que levaram à morte de duas delas. Seguido desse ataque, uma quinta jovem foi agredida a alguns quarteirões de lá.

Falando um pouco mais do caso na Flórida, a reportagem traz a informação de que a procuradoria tentará informar aos jurados de que “o inteligente e amável acusado sentado diante deles é também um suspeito implicado nos assassinatos sexuais de pelo menos 18 ou talvez até 36 jovens mulheres em todo o país” (tradução nossa)²¹. Se as acusações fossem verdadeiras, tal número colocaria Bundy entre os maiores assassinos em massa do país, ultrapassando o número de vítimas de famosos assassinos como Charles Manson, Richard Speck, o Estrangulador de Boston e o Filho de Sam. Ao trazer esses nomes, o autor conta como o estereótipo (um conceito importante para esta análise) do assassino em massa é bastante familiar ao público dos Estados Unidos, o qual normalmente se remete a pessoas “com mentes atormentadas por tumores ou alucinações” (tradução nossa)²², que eram os “desviantes, os descontentes, os fracassados e os ressentidos” (tradução nossa)²³. Sendo esse o perfil de cruéis assassinos, “Ted Bundy, para todas as aparências, não se assemelhava de forma alguma a nenhum deles” (tradução nossa)²⁴, nas palavras de Jon Nordheimer.

Dito isso, o jornalista volta a abordar a “boa imagem” que Ted transmitia, dizendo que ele “tinha todos os recursos pessoais que são valorizados na América, que garantem sucesso e respeito” (tradução nossa)²⁵ e lista uma série de características que fariam dele um “bom rapaz”, além de trazer comentários de antigos amigos e admiradores. Nordheimer comenta em

²¹ “[...] that inteligente, amiable defendant seated before them is also a suspect implicated in the sexual murders of at least 18 or perhaps as many as 36 young women across the country.”

²² “[...] with minds bedeviled by tumors or hallucinations.”

²³ “[...] they were the drifters, the malcontents, the failures and the resenters.”

²⁴ “Ted Bundy, for all appearances, no way resembled any of them.”

²⁵ “He had all the personal resources that are prized in America, that are guarantee success and respect.”

mais detalhes o que apresentou no começo da reportagem: que muitos acreditavam que Bundy era uma vítima de uma “teia monstruosa de circunstâncias” criada pela mídia e por investigadores coniventes. Para reiterar esse ponto, o autor traz também um trecho de uma carta que Ted escreveu do presídio para o *The New York Times*, reclamando das reportagens que continham o mesmo tom de “será que ele fez ou não?” e das pessoas que acreditavam ser *experts* sobre Ted Bundy, quando ele mesmo não podia contar seu ponto de vista.

Mais uma vez, a reportagem tem uma abrupta mudança no tom e no conteúdo da mensagem: na mesma página, após uma quebra de parágrafos, a reportagem traz a frase “a primeira a morrer foi Lynda Ann Healy” e, em seguida, conta em detalhes o seu desaparecimento em 1974 e como seu corpo foi encontrado 13 meses depois na cidade de Seattle, onde outras jovens mulheres com uma aparência similar estavam desaparecendo nos últimos meses. O repórter então faz uma contextualização do medo que rodeava o estado de Washington em 74 com os chamados “*Ted murders*”²⁶, nome dado pela imprensa para os casos de jovens mulheres que desapareceram enquanto estavam com amigos em um movimentado lago durante o verão (Fig. 19).

Figura 19 — Lago Sammamish na época dos *Ted murders*



Fonte: Friends of Lake Sammamish State Park, 2019.

O interessante desses parágrafos em que o jornalista conta sobre os crimes em Washington é que esses casos (e outros que ele conta em seguida, que aconteceram depois em Salt Lake City e no estado vizinho de Colorado) nunca tiveram acusações formais por não

²⁶ “Assassinatos de Ted” (tradução nossa).

terem provas, testemunhas ou suspeitos para concluir a investigação. No entanto, a forma como Nordheimer conta a história traz uma leve suspeita sobre a relação de Ted Bundy com tais crimes, mas até então nada havia sido confirmado. Um exemplo disso é que o jornalista escolheu relatar o encontro de cerca de 30 investigadores policiais de 5 estados diferentes em um hotel em Aspen em novembro de 1975, para discutir os diferentes casos que estavam investigando e que pareciam ter características em comum.

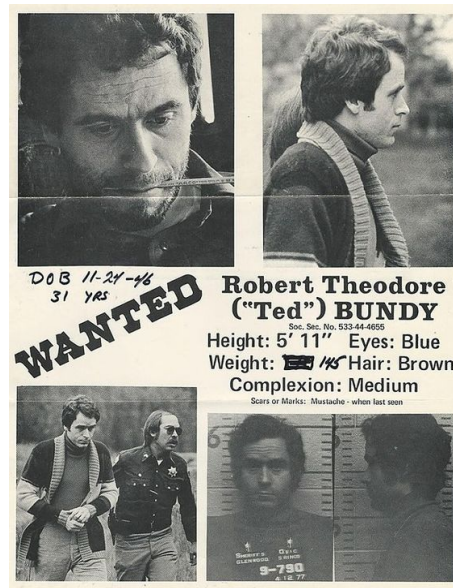
Nessa conversa, eles perceberam diversos padrões entre os casos, como o perfil das vítimas e a forma como elas tinham sido atacadas e mortas, além de notarem ligações com o próprio Ted Bundy, como evidências de que ele tinha usado seu cartão de crédito em locais próximos onde algumas jovens haviam sido vistas por último no Colorado, e fios de cabelo encontrados no carro de Bundy que eram “microscopicamente indistinguíveis” das amostras de cabelo de Melissa Smith, de Utah, e de uma outra vítima no Colorado. Tais provas não eram suficientes para levar o caso a um tribunal, mas os oficiais estavam convencidos de que tinham achado seu suspeito.

Ainda dentro da narrativa sobre os casos, o repórter conta sobre uma acusação de assassinato em Aspen que acabou levando Bundy novamente a julgamento. Ao ser extraditado para Aspen, Colorado, em 1977, o jornalista conta sobre a experiência do acusado com a comunidade local, que parecia ver Bundy como “um tipo de personalidade excitante” e um “homem atraente e inteligente que possuía muito mais competência e perspicácia do que seus carcereiros”. A matéria descreve como ele conseguiu diversas “regalias”, como o acesso a um celular próprio e à biblioteca, uma vez que ele seria seu próprio advogado e precisava estudar para o caso, além de comidas mais saudáveis e de ter começado a aparecer no tribunal sem suas algemas e correntes. Como resultado de certas liberdades, Bundy escapou pela janela de uma sala da biblioteca onde foi deixado sozinho para estudar (Fig. 20).

O jornalista continua descrevendo que a reação da cidade à sua escapada foi como se Bundy fosse “algum tipo de Robin Hood moderno em vez de um suspeito de assassinatos em massa” (tradução nossa)²⁷, como se tivesse sido criado um certo folclore ao redor dessa história. Com a sua recaptura 8 dias depois, o julgamento continuou e alguns privilégios de Bundy foram perdidos, além de novas apelações terem sido negadas, uma vez que houveram críticas de que o juiz e todo o tribunal tinham sido manipulados pelo acusado.

²⁷ “[...] as if Bundy were some sort of modern Robin Hood instead of a suspected mass murderer.”

Figura 20 — Cartaz de procurado de Ted Bundy de 1977



Fonte: ROBERTS, 2015.

A matéria continua a contar cronologicamente os acontecimentos da época, como a segunda fuga de Bundy, sua viagem pelo país até Tallahassee, Flórida, sua entrada na lista dos 10 mais procurados do FBI (que já levava em conta os 36 casos de assassinatos semelhantes que aconteceram em diversos estados do leste dos EUA), chegando até os crimes da Chi Omega.

Novamente, o autor da matéria afasta-se da narrativa dos casos e volta a falar sobre a personagem principal da história. Nessa nova parte, ele começa trazendo trechos das cartas escritas por Bundy falando sobre como as pessoas têm buscado entender sua psique e possíveis explicações por trás do seu “mistério” — uma das razões mais comuns aparentemente era o fato dele ter tido pais não casados. Para falar mais sobre esse tema, o jornalista também traz trechos de uma conversa com o psiquiatra de Bundy na prisão de Utah, em que o especialista fala a respeito da relação e da visão dele sobre mulheres.

O repórter parece entrar nessa mesma busca para entender quais fatores teriam criado ou influenciado o surgimento da figura violenta de Ted Bundy. Ele começa a explicar que milhares de homens podem se sentir da mesma forma que Ted em relação a mulheres ou virem de famílias que se separaram, e essas condições não seriam pré-determinantes para que tivessem personalidades “perturbadas”, pois existem outros inúmeros fatores que fariam parte da construção desse cenário. Começa, então, um questionamento se essa “semente problemática” em uma criança, somada a exposição da mesma a conteúdos violentos e de

agressão sexual oferecidos pela mídia, poderia resultar em “um grupo crescente de personalidades capazes de atos brutais” (tradução nossa)²⁸.

Para embasar seu ponto, Nordheimer traz a perspectiva de um especialista: o Dr. Lunde, que fala sobre a geração pós guerra que cresceu assistindo na televisão programas “*killling type*” (“do tipo de matança”, tradução nossa) que prevaleciam nos anos 50 e 60 e de como isso, combinado a um maior número de pais ausentes, poderia sim influenciar no surgimento de “distúrbios como esse”. A matéria continua dentro dessa narrativa contando um pouco sobre a infância de Theodore Robert Bundy, e diz que, para seus amigos e família, ele teve uma infância totalmente normal, mas olhando mais de perto fica claro que ele era uma criança solitária. Fala-se das suas atividades na escola ou a ausência delas, seus primeiros relacionamentos amorosos e as análises do psiquiatra sobre suas habilidades sociais, ou melhor, as dificuldades com tais. Para fechar esse “último capítulo” da história pessoal de Bundy, é comentado sobre sua graduação com honras em psicologia e sua experiência inicial na faculdade de direito em Washington, na época em que começaram os *Ted murders*.

Mencionando os últimos detalhes sobre o ataque à fraternidade Chi Omega, a matéria entra na parte final da sua narrativa. O autor traz um trecho da última carta que recebeu de Ted Bundy antes que ele interrompesse a correspondência entre eles, na qual Ted responde à sua pergunta do porquê não saiu da cidade logo após ter ouvido falar dos assassinatos na fraternidade. Em resumo, Bundy responde que nada do que ele fizesse seria visto como inocente, fosse sair ou ficar na cidade, ainda mais porque ele diz: “Eu não fui responsável pelo que aconteceu em Chi Omega, eu não fiz isso, eu não estava lá” (tradução nossa)²⁹. No entanto, o repórter conta aos leitores que sim, Ted Bundy saiu da cidade naquele mesmo mês e, segundo comprovantes de um cartão de crédito roubado que ele usou, ele registrou-se em um hotel na cidade vizinha de Lake City. Na manhã seguinte à sua chegada, Kimberly Leach, uma garota de 12 anos, desapareceu e teve seu corpo encontrado dois meses depois. Por esse crime, Bundy foi indiciado a julgamento.

Os últimos parágrafos da reportagem são voltados para o julgamento que acontece na época e que tem como uma das principais evidências a marca de mordida em uma das vítimas. Sobre essa prova, o texto traz a posição do Dr. Souviron, que indica que as impressões dentárias de Bundy encaixam-se perfeitamente nas marcas do corpo, porém ele afirma: “Não

²⁸ “[...] a growing pool of personalities capable of brutal acts?”

²⁹ “[...] I was not responsible for what happened at Chi Omega, I didn't do it, I wasn't there.”

estou dizendo que este conjunto de dentes matou ninguém. Estou dizendo que esses dentes fizeram essas marcas” (tradução nossa)³⁰. O jornalista mantém essa questão em aberto e diz que o resultado dessa prova será visto em breve nos tribunais.

Ainda falando sobre a inocência ou não do réu, a matéria comenta sobre o julgamento em si, trazendo um questionamento do próprio Ted Bundy, que acredita ser impossível ter um caso justo, uma vez que ele já foi tão prejudicado. Millard Farmer, diretor do *Team Defense Project Inc.* e um militante opositor da pena de morte, reforça esse ponto de vista ao dizer: “Bundy já foi condenado por assassinato na Flórida e condenado à morte. A única razão para o julgamento é deixá-lo tentar e provar, além de uma dúvida razoável, que ele não é o assassino, o que não é possível” (tradução nossa)³¹. É intrigante que, depois de ter pontuado tantos fatos sobre os crimes e as conturbadas passagens de Ted Bundy por prisões e tribunais, os últimos parágrafos da matéria são voltados agora para possíveis problemáticas no caso em julgamento.

Nordheimer continua nessa linha e relata existirem diversas decisões questionáveis feitas pelas autoridades do Tallahassee que podem ter prejudicado o caso. A principal citada por ele é o fato de Bundy ter sido proibido de falar com jornalistas, posto que tal publicidade antes do julgamento poderia ser prejudicial inclusive para os interesses de Ted. No entanto, o xerife do caso retirou o réu de sua cela e o levou para a frente das câmeras no momento em que lia a acusação formal de assassinato contra ele (Fig. 21). Mais uma vez, Nordheimer não dá um ponto de vista sobre o fato: nesse caso, ele diz que a situação pode ser melhor explicada pelo próprio Ted Bundy em uma das cartas que lhe enviou.

Vamos deixar o trabalho de provar minha inocência para mim, os tribunais, os jurados e meu conselho de defesa; e o trabalho de me considerar culpado para os homens com barba e chapéus pretos. Não tenho a ilusão de convencer você ou seus leitores de que sou inocente. Deixe-os pensar o que quiserem, desde que não se aproximem do meu júri. (tradução nossa)³²

³⁰ “I’m not saying that this set of teeth killed anybody. I’m saying that these teeth made those marks.”

³¹ “Bundy has already been convicted of murder in Florida and sentenced to death. The only reason for the trial is to let him try and prove beyond a reasonable doubt that he isn’t the murderer, which isn’t possible.”

³² “Let’s leave the business of proving my innocence up to me, the courts, the juries and my defense council; and the job of finding me guilty up to the guys with the 5-o’clock shadows and the black hats. I have no illusion about convincing you or your readers that I am innocent. Let them think what they will, just as long as they don’t creep onto my jury.”

Figura 21 — Bundy sendo indiciado pelo xerife



Fonte: GOULET, 2019.

O relato de Jon Nordheimer sobre o julgamento de Ted Bundy e tudo que o precede traz muitas informações, desde detalhes sobre os crimes e as prisões até fatos da vida pessoal do réu e cartas escritas pelo mesmo. A história é contada a partir de duas narrativas: uma mais investigativa e fria, que foca em contar a busca policial que acontecia na época e possíveis provas que levavam a Bundy; e um outro lado da história mais próximo, contando o ponto de vista das pessoas que conheciam Ted há mais tempo ou o via nos tribunais. No ponto em que se encontra este trabalho, já foi apresentado a história de Theodore Robert Bundy desde o seu nascimento até a sua pena de morte e a ótica de uma reportagem jornalística sobre a sua personalidade e os seus casos criminais. Tendo todas estas informações, será possível discorrer a análise a partir dos três pontos citados no início deste capítulo.

4.2.2 *Análise discursiva*

Voltando ao primeiro ponto da análise, que tem como premissa o questionamento de como Bundy é retratado na reportagem, é interessante começar pela perspectiva dos estereótipos que foram trazidos pelo texto do *The New York Times*. O primeiro estereótipo que aparece é o do “garoto todo americano”, presente logo na manchete da reportagem.

Segundo o jornal, Bundy se encaixaria dentro dessa categoria por representar tudo o que há de bom nos Estados Unidos, isso porque: investiu na sua educação, formando-se com honras na sua primeira graduação; era uma pessoa próxima de políticos, pessoas influentes que inclusive falavam bem dele e do seu potencial; tinha um comportamento “exemplar”, tendo recebido uma condecoração por salvar uma criança de um afogamento e ter se voluntariado em uma central contra suicídios; era uma pessoa carismática, que prendia a atenção das pessoas; estava dentro de um padrão “confortável” para a maioria das pessoas, sendo um homem branco, jovem, de classe média e que ainda recebia elogios pela sua aparência física.

Facilmente Bundy adequa-se a esse molde do estadunidense comum, que poderia viver nos subúrbios e ser vizinho de muitos dos leitores da época. No entanto, o seu julgamento por assassinatos múltiplos e a história que estava sendo apresentada para o público representavam um lado oposto a isso, o qual levava a crer que um jovem “que todo pai gostaria que sua filha levasse para casa” na verdade estaria dentro da categoria de assassino em massa. Olhando mais de perto para o estereótipo de assassinos em série apresentado na matéria, fica claro também como a figura que se conhecia de Ted Bundy não combinava com a imagem que se tinha na época desses criminosos. Dentre os diversos nomes de assassinos condenados que o jornal traz, pode-se fazer uma rápida comparação entre Bundy e um deles, que esteve ativo em um período próximo, para ilustrar tais diferenças.

Destaca-se o caso do Filho de Sam, nome autodeclarado por David Berkowitz (Fig. 22), ou Assassino do Calibre 44, como era chamado pelos jornais. David fez seis vítimas fatais e feriu gravemente outras sete na cidade de Nova York entre julho de 1976 e agosto de 1977. Ele instaurou uma onda de pânico na cidade que fez com que as pessoas se trancassem dentro de suas casas ao anoitecer, uma vez que ele atacava suas vítimas dentro dos carros estacionados à noite nas ruas, no que ficou conhecido como o verão de Sam. Os jornais noticiavam também cartas que ele escrevia a eles e à polícia com ameaças de novos crimes, e foi por onde se apresentou com o nome de Filho de Sam. Depois de preso, ele rapidamente se declarou culpado e explicou o porquê desse nome: ele recebia ordens para matar essas pessoas vindas de um demônio que havia possuído o cachorro do seu vizinho, Sam, e mais tarde descobriu-se que ele havia se juntado a culto satânico alguns anos antes.

Figura 22 — David Berkowitz sendo preso em 1977



Fonte: Canal Ciências Criminais, 2017.

Dado essa história, entende-se de onde vem a visão do *The New York Times* ao falar dos assassinos em massa como “mentes atormentadas” e “desviantes”. A partir da primeira impressão do público sobre Bundy, nada do que se via coincidia com figuras como a de Berkowitz. Ao mesmo tempo, eram também divulgados os crimes e detalhes das mortes relacionadas a Ted, mais uma vez réu de um tribunal. O interessante desse ponto é que esse não é um tema simples e puramente racional, pois aqui fala-se de estereótipos e o que eles representam: crenças, visões de mundo particulares e, por trás de tudo isso, identidades.

Quando Ted Bundy foi apresentado pela mídia e relatado com características como estudante de direito, jovem de classe média, entre outros, o público não precisava de muito mais informações para criar uma imagem dele, e essa imagem foi preenchida com o estereótipo e ideias pré concebidas que já se tem de pessoas com tal perfil. Esses aspectos realmente pertencem à Bundy, mas ele não pode ser resumido a apenas isso, pois a parte não representa o todo, como a mente humana o faz crer. Lippmann (2008, p. 91) explica bem essa situação ao dizer

Não há nem tempo nem oportunidade para conhecimento íntimo. Em vez disso observamos um traço que marca um tipo muito conhecido, e o resto da imagem preenchemos com os estereótipos que carregamos em nossas cabeças. É um agitador. O que observamos, ou o que nos é dito. Bem, um agitador é um tipo de pessoa, e assim ele é esse tipo de pessoa. Ele é um intelectual. Ele é um plutocrata.

Uma vez que Bundy passa a estar dentro da categoria de bom moço ou de estudante de direito, ele é visto como pertencente a esse grupo e não a outros como — por exemplo, o de pessoas incompetentes, sem rumo ou de assassinos em série. Se ele é o “americano comum”

que cuida dos seus pais, estuda, preocupa-se em ajudar os outros, tem uma família e quer ter um bom emprego ao mesmo tempo que está sendo julgado por crimes brutais e assustadores, deve haver um motivo para ele fugir à regra. Esse é exatamente o pensamento apresentado no “*All-american boy on trial*”, que fica evidente principalmente no momento em que o jornalista busca na fala de especialistas respostas do que poderia ter influenciado Bundy a ter uma personalidade violenta, como se tal característica não pudesse fazer parte do seu perfil, da pessoa que ele é. Desde ter pais divorciados, dificuldades para se relacionar com mulheres até a influência de conteúdos violentos nas mídias, a matéria lista uma série de possíveis razões para que esse menino “todo americano” pudesse ter cometido tais crimes. Lippmann (2008) explica essa reação de uma certa descrença como uma forma de tentar manter tudo conforme se conhece, para que nenhum estereótipo seja quebrado ou crie uma confusão no mundo particular já classificado e simplificado por cada um.

Se a experiência contradiz o estereótipo, uma das duas coisas acontece. Se o homem não é mais maleável, ou se algum interesse poderoso torna altamente inconveniente reorganizar seus estereótipos, ele despreza a contradição como uma exceção que prova a regra, desacredita a testemunha, encontra uma falha em algum lugar, e trata de esquecê-lo. Mas se for curioso e aberto, a novidade é trazida para dentro do quadro, permitindo-se que o altere. (Ibidem, p. 99)

Esta busca por exceções feita pelo jornalista é a mesma feita pelo público que acompanha o assunto, posto que para aqueles com um estilo de vida parecido com o de Bundy ou que o veem como semelhante aos seus vizinhos, enxergá-lo como não sendo um “bom rapaz” ou um homem íntegro e sim um assassino cruel faz com que toda a sua identidade, tudo que se conhece sobre o grupo ao qual pertence pudesse passar a ser questionado. Existe um sentimento de quebra de confiança, de conforto e de segurança a partir desses questionamentos. É curioso olhar para a participação da mídia na construção da identidade do público, visto que esse assunto retratado pelos jornais e a forma como a narrativa foi contada vão influenciar na manutenção ou no questionamento de certos preconceitos e estereótipos não apenas dos próprios leitores, mas também na forma como eles veem os outros. A mídia em si tem um papel importante em apresentar informações com as quais as pessoas constroem seus comportamentos e sua própria identidade, como explica Kellner (2001, p. 9): “Há uma cultura vinculada pela mídia cujas imagens, sons e espetáculos ajudam a urdir o tecido da vida

cotidiana, dominando o tempo de lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais e fornecendo o material com que as pessoas forjam sua identidade”.

Para além de conversar com a identidade do público, a mídia também envolve os seus sistemas de crenças, como visto antes, por trabalhar com representações do mundo a ser comentado. Esse envolvimento com as crenças têm um ponto de contato interessante quando se fala nas hipóteses que os jornais buscam trazer. Além de fatos e acontecimentos, as reportagens, como a que está sob análise, procuram desvendar os possíveis motivos por trás do que aconteceu ou o que levou tal pessoa a cometer tal ato. Ao levantarem possíveis cenários, essas hipóteses podem servir de base ou comprovação para uma expectativa ou crença dos leitores.

As crenças dependem, pois, de sistemas de interpretação: há sistemas que avaliam o *possível* e o *provável* dos comportamentos em dadas situações, procedendo por hipóteses e verificações que permitem, em seguida, fazer predições (“se ele o nomeou ministro, é porque era seu amigo”, “se engordou, é porque tem o hábito de beber”); outros há que apreciam os comportamentos segundo um julgamento positivo ou negativo, em confronto com normas que foram estabelecidas socialmente, procedendo a afirmações que ganham valor de evidência sob diferentes pontos de vista. (CHARAUDEAU, 2013, p. 46, itálico do autor)

Caminhando para o segundo ponto desta análise, onde o foco agora é entender como o caso foi descrito pela matéria, pode-se perceber como a reportagem em questão abordou bastante o ponto de vista das hipóteses. Como pontuado durante a descrição da reportagem, é evidente que o caminho escolhido pelo escritor é contar a história completa de Ted Bundy através de dois olhares: um voltado para os crimes relacionados a ele, outro dirigido a como as pessoas o viam. Por trás desse caminho, existe uma narrativa que introduz ao público ou alimenta a dúvida já existente de “ele fez ou ele não fez?” — apesar de apresentar em detalhes as provas que muitos investigadores acreditavam ligar os crimes ao réu, o texto traz também os “bons comportamentos” de Bundy e a possibilidade dessa violência ser um resultado de fatores externos, o que alimenta a dificuldade de ver para além dos estereótipos do “bom americano” ou do criminoso, deixando sempre em aberto a dúvida de onde Ted se encaixaria.

A incerteza e a curiosidade por trás do “ele fez ou não fez?” é o que instiga os leitores e faz com que eles se mantenham interessados e ávidos por mais conteúdos sobre o tema. O jornalista utiliza da visada do fazer sentir, empregando características dramáticas ou mais apelativas que conversam com os sentimentos e os anseios do público para prendê-lo até o

final da reportagem. Nas nove páginas da matéria, o autor explora os mais diferentes aspectos do caso: a vida pessoal e profissional de Bundy, os possíveis crimes, as passagens pela polícia, a opinião de especialistas médicos, o ponto de vista de conhecidos, trazendo até as palavras do próprio condenado escritas de dentro da prisão, extraindo o máximo da situação que acontece no espaço público e atrai tanta atenção da sociedade. Situações como essa instigam a mídia por conversarem com questões humanas, segundo Charaudeau (2013, p. 93)

Quando tiram partido de casos intermináveis, é porque se trata de uma oportunidade de descrever à exaustão acontecimentos do espaço público seguindo um roteiro dramático que se encerra invariavelmente com as eternas questões sobre o destino humano: “Como é possível?”, “Por que as coisas são assim?”, “Para onde vamos?”

Mais do que instigar os anseios do público, a matéria do *The New York Times* transforma Ted Bundy, condenado por sequestro e fugitivo da cadeia, em uma personagem que participa de narrativas de aventura extraordinárias, trazendo esse mistério do “homem bom ou homem mau” e não o fato mais simples, um tanto assustador e talvez sem graça de tratar-se de um criminoso procurado pelo FBI. Leticia Rosa (2019) comenta que, do ponto de vista tradicional do certo e errado, possivelmente o caso de um assassino em série frio e cruel seria visto com desprezo e repulsa, uma vez que em nada se relaciona ou interessa aos cidadãos de bem. Já pelo ponto de vista do entretenimento, o drama por trás da investigação e do mistério de quem cometeu os crimes, a personalidade próxima aos leitores e o relato feito de forma instigante transformam Bundy em uma celebridade e o caso em um entretenimento humano.

Tal escolha discursiva pode, inclusive, atrapalhar a função informativa dos jornais, uma vez que, em meio a tanta informação, algumas se perdem e outras se salientam no intuito de alimentar a narrativa dramática. Um exemplo disso é a constante retomada do choque que as pessoas tinham ao ver “um homem como Ted” no papel de réu dentro dos tribunais, em contraste com as poucas vezes em que foi mencionado o fato de Bundy já ter sido condenado anteriormente por crimes contra jovens garotas de aparência semelhante às assassinadas na fraternidade Chi Omega.

Pode parecer que a reportagem não trate de entretenimento ou de dramatização dos fatos por trazer informações concretas, detalhadas e frias sobre o caso, mas por ter pedaços da verdade e usar essas informações de maneira a contribuir para a narrativa que escolhe contar,

o resultado pode ser até mais assustador do que um dado falso ou uma mentira descarada, visto que o discurso criado se esconde atrás de fatos autênticos como que para comprovar que o que se diz é a mais pura verdade. O que não é totalmente um engano, porém a narrativa dramática que permeia tais fatos chega a confundir aqueles que a leem, sendo um texto rico em informações que, todavia, leva a conclusões pobres.

Uma comprovação desse ponto é uma carta ao editor publicada em 14 de janeiro de 1979 na sessão de mesmo nome (*“Letters to the editor”*) do *The New York Times*, escrita por Deborah Pellow com o título de “O Estranho Caso de Ted Bundy” (tradução nossa)³³. A professora de Antropologia começa dizendo que Jon Nordheimer apresentou uma narrativa bem escrita sobre a cronologia do estranho caso de Ted Bundy, no entanto alguns pontos precisam ser esclarecidos. Ela conta que viveu em Aspen durante o tempo em que Bundy esteve preso no Colorado, e o primeiro ponto que ela traz é que “a captura dele depois da sua primeira fuga dificilmente foi dramática” (tradução nossa)³⁴. Deborah relata que ele foi parado por uma delegada por condução irregular do carro e que só depois a policial descobriu quem era o motorista. Tanto a delegada quanto outros funcionários locais sentiram-se humilhados pela situação, mas, do ponto de vista de Deborah, muito disso se deu pelo despreparo da polícia local em lidar com casos e criminosos da cidade grande.

Ela então aborda a reação dos residentes da cidade sobre a fuga de Bundy, um ponto bastante explorado pelo autor da matéria, trazendo um outro olhar para as situações.

É tão peculiar que as pessoas assustadas lidem com uma situação potencialmente perigosa de uma forma brincalhona? Você honestamente acredita que as mulheres em Aspen passaram muito tempo ao ar livre durante esse período de seis dias na esperança de encontrar o mais recente anti-herói? (tradução nossa)³⁵

Esta carta ao editor é extremamente interessante pelo contraste que traz à narrativa do jornalista, ainda mais em um ponto da história onde a reportagem comenta e explora um certo misticismo em volta do personagem principal, indo para além da exposição dos fatos, quando a verdade era muito mais simples e realística.

³³ PELLOW, Deborah. **The Strange Case of Ted Bundy**. In: *THE New York Times*. 14 jan. 1979. Disponível em: <<https://bit.ly/3hPZW3S>>. Cf. também Anexo B deste trabalho.

³⁴ “His capture there after his first escape was hardly dramatic.”

³⁵ “Is it so peculiar for frightened people to deal with a potentially dangerous situation in a manner of jest? Do you honestly believe that the females in Aspen spent much time outside during that six day period in hopes of running into the latest antihero?”

Entrando no terceiro e último ponto, a análise caminha para sua conclusão final ao relacionar os dois pontos anteriores e as escolhas discursivas e narrativas com o dever do jornalismo como instituição e fonte do saber. Antes, é importante retomar a ideia de dever dos jornais discutido no primeiro capítulo deste trabalho. Apesar de ser um canal múltiplo em formato e conteúdo, a responsabilidade central dessa instituição reside em levar conhecimento àqueles que ainda não o têm ou que não o teriam se não fosse as mídias como fonte de informação. Como já citado, Gallego-Díaz (2012) vai além ao dizer que os jornalistas oferecem à sociedade instrumentos de conhecimento, quer ela peça ou não, quer ela saiba ou não que precisa disso.

Ao olhar a busca por explicações feita por Jon Nordheimer, pode-se pensar que o papel do jornalista é interpretar o caso ou trazer conclusões para o público sobre qual a verdade por trás da história. Na verdade, essa não é a função do repórter nem do texto que ele escreve, e não são jornalistas que participam de julgamentos ou que retêm as provas dos casos para chegar a tal conclusão. Eles podem sim, e muitas vezes devem, questionar a ação das instituições e buscar por informações de diferentes pontos de vista, mas essa situação é diferente. Como porta-voz da história, seria mais conveniente que a reportagem procurasse explicar de forma simplificada o que iria acontecer em junho de 1979 em Miami e como essa situação desenrolou-se até chegar a esse momento, com o intuito de informar o público e tornar o caso mais compreensível.

Em outros momentos o jornalista se apresenta com o *intérprete* dos acontecimentos, buscando-lhes as causas e situando-os. Na realidade, a instância midiática pode apenas propor algumas correlações provisórias, algumas hipóteses que, na maioria das vezes, são relativizadas ou destruídas pelos fatos posteriores. Enfim, o jornalista pretende ser *didático*, aspirando ao papel de educador da opinião pública. Na realidade, a instância midiática pode apenas simplificar as explicações, o que não é a mesma coisa que explicar simplesmente. (CHARAUDEAU, 2013, p. 78, *itálico do autor*).

O autor da matéria, além de se afastar da proposta de simplificar e informar o acontecimento, ainda tira o foco de informações importantes, como o possível perigo que Ted Bundy pode representar, para dar espaço àquelas que nutrem uma narrativa intrigante de investigação do caráter desse personagem. Sobre esse aspecto, pode-se retomar o conceito do “entreter jornalístico”, incorporado neste trabalho por Aguiar (2008), o qual acredita que a procura por entreter tende a atrapalhar, em maior ou menor grau, as funções de informar,

regular e mediar que os meios de comunicação possuem frente à sociedade, as quais conversam com o dever principal do jornalismo apresentado acima.

A instância midiática acha-se, então, *condenada* a procurar emocionar seu público, a mobilizar sua afetividade, a fim de desencadear o interesse e a paixão pela informação que lhe é transmitida. O efeito produzido por essa visada encontra-se no extremo oposto ao efeito de racionalidade que deveria direcionar a visada de informação. (CHARAUDEAU, 2013, p. 91, itálico do autor)

Apesar de fechar seu texto dizendo que será o tribunal quem irá decidir ao certo a culpa ou não de Ted Bundy por seus crimes, todo o discurso e os aspectos trazidos nas páginas anteriores pelo jornalista parecem conduzir um julgamento próprio com os leitores, dando a eles insumos e os fazendo indagar o que eles acham que aconteceu e qual deve ser o verdadeiro desfecho do caso. Ao falar do que constitui as notícias jornalísticas, Nilson Lage (1987, p. 25) expõe o ponto de que hipóteses e imaginários pessoais não fazem parte das reportagens, mas sim o que de fato aconteceu, em suas palavras

Sendo construção retórica referencial, a notícia trata das aparências do mundo. Conceitos que expressam subjetividade estão excluídos: não é notícia o que alguém pensou, imaginou, concebeu, sonhou, mas o que alguém disse, propôs, relatou ou confessou. É também axiomática, isto é, se afirma como verdadeira: não argumenta, não constrói silogismos, não conclui nem sustenta hipóteses. O que não é verdade, numa notícia, é fraude ou erro.

Por fim, é curioso perceber que tal postura não foi exclusiva desta reportagem. Outros jornais acabaram tendendo para o entreter jornalístico ao invés de se deterem ao seu ofício principal. Um exemplo disso foi uma publicação em março de 1978 também do The New York Times onde, entre os destaques da edição, é apresentado um quadro sobre Bundy com o título “O que há em seu passado?” (tradução nossa)³⁶. O autor começa dizendo que a polícia tem certeza de algumas coisas: “Theodore Robert Bundy é bonito, comunicativo, charmoso e, nas palavras de um investigador, ‘o tipo de cara que você gostaria que sua filha levasse para casa’” (tradução nossa)³⁷. De resto, o autor diz que nada ainda é certo, pois não há evidências conclusivas sobre os possíveis crimes aos quais “Mr. Bundy” está sendo relacionado, apesar

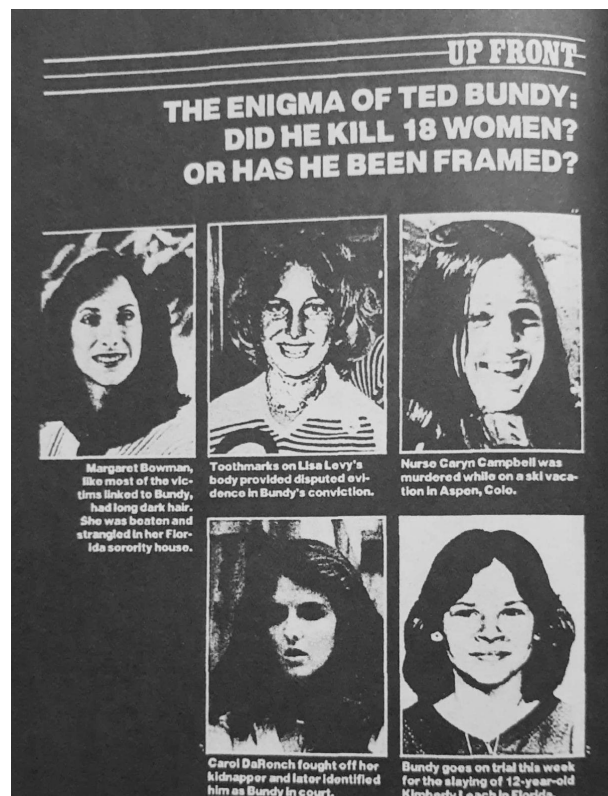
³⁶ **WHAT’S in his past?** In: THE New York Times. Mar. 1978. Disponível em: <<https://bit.ly/3wvrh0v>>. Cf. também Anexo C deste trabalho.

³⁷ “Theodore Robert Bundy is good-looking, well-spoken, charming and, in the words of one investigator, ‘the kind of guy you’d want your daughter to bring home’.”

de até então ele já ter sido condenado por um sequestro e estar sendo acusado de um assassinato em Utah.

Outro exemplo um pouco mais drástico foi o texto “O Enigma do Ted Bundy: foi ele quem matou 18 mulheres? Ou ele foi incriminado?” (tradução nossa)³⁸, publicado pela revista People em 1980 depois da condenação de Ted Bundy pelos crimes na Chi Omega e um pouco antes do seu último julgamento pelo assassinato de Kimberly Leach (Fig. 23). No texto, é bastante comentado como muitas pessoas não acreditavam que ele tivesse cometido os crimes pelos quais foi condenado e como as provas dos seus julgamentos anteriores eram escassas, fracas e não suficientes para sustentar as acusações. A matéria traz muitas falas dos advogados de defesa, comenta brevemente os crimes e parece buscar fundamentos para as dúvidas acerca da culpa de Bundy, como já indica o título.

Figura 23 — Parte da matéria da revista People



Fonte: CASOY, 2017, p. 100.

³⁸ MCCALL, Cheryl. **The Enigma of Ted Bundy: Did He Kill 18 Women? Or Has He Been Framed?** In: PEOPLE. 7 jan. 1980. Disponível em: <<https://people.com/archive/the-enigma-of-ted-bundy-did-he-kill-18-women-or-has-he-been-framed-vol-13-no-1/>>. Acesso em: 15 mai. 2021.

Ainda como pano de fundo para esses textos de teor mais sensacionalista, existem estereótipos que são reforçados e mantidos sobre como agem e como se parecem pessoas “do bem e do mal”, mostrando que aqueles que os escrevem não conseguem ir além de uma visão que limita, que vê uma pequena parte como o todo. Esse aspecto também pode ser visto dentro do que foi chamado de “o dever do jornalismo”, uma vez que na posição de jornalistas, os autores das reportagens estão em um lugar privilegiado para questionar estigmas e noções pré concebidas dos seus leitores, como comentado antes. Os repórteres são responsáveis por, muitas vezes, levar informações que o público não sabe que precisa mas que são necessárias. Tal atitude pode não ser o que movimenta a venda de jornais como o faria uma manchete escandalosa, mas é o que representa a essência do jornalismo.

Para finalizar este capítulo, vale retomar os três pontos centrais da análise e o que foi descoberto por meio da discussão e do estudo de cada um — aprendizados que foram resumidos no quadro a seguir.

Quadro 1 — Resultados da análise

PONTOS CENTRAIS DA ANÁLISE	RESULTADOS DA ANÁLISE
Como Ted Bundy é retratado?	<p>Existe um contraste entre os estereótipos de assassinos em massa da época e do bom americano comum, dentre os quais Bundy parece se encaixar melhor na segunda opção.</p> <p>A parte passa a ser vista como o todo e Bundy é classificado de acordo com as principais características dadas pela mídia, as quais fazem parte do estereótipo de “bom moço”.</p> <p>Percebe-se a busca por manter os estereótipos como se conhece, manter as próprias identidades e um ambiente seguro e conhecido, não querendo enxergar a experiência que contradiz o estereótipo.</p>
Como o caso é contado?	<p>A reportagem baseou o seu discurso e se alimentou principalmente da dúvida “ele fez ou não fez?”, mantendo o questionamento até o final.</p> <p>Bundy tornou-se uma personagem misteriosa que participa de aventuras extraordinárias, assustador ao mesmo tempo que intrigante, como resultado de uma busca em entregar entretenimento, especialmente.</p> <p>Algumas informações importantes perderam força e destaque, dando espaço para outras mais "intrigantes" e dramáticas que tornavam o texto mais atrativo.</p>
Qual o papel do jornalismo no caso?	<p>O jornalista empenha-se em trazer conclusões e interpretações sobre o caso, sendo que isso não faz parte do escopo principal da sua função, segundo a discussão deste trabalho.</p> <p>O autor afasta-se da proposta de simplificar e informar o acontecimento ao público e aproxima-se do "entretimento jornalístico" que pode, em muitos casos, atrapalhar a função principal dos jornais.</p>

Fonte: LOH, 2021.

O objetivo desta análise era discutir e tentar mostrar que, quando uma narrativa dramática ganha mais espaço do que os fatos reais, existe um desequilíbrio entre as duas facetas do jornalismo: o seu dever para com a sociedade e a manutenção do funcionamento dos jornais-empresa, ou seja, os ganhos e a visibilidade. Os dois lados — a visada do fazer saber e a visada do fazer sentir —, apesar de estarem em lados opostos e terem objetivos distintos, podem funcionar juntos em harmonia. E para que a instância jornalística continue existindo e nos entregando o que é preciso, isso deve acontecer. Que lugar ocupariam hoje os jornais se não fosse o importante papel que desempenham de questionar, informar e ser uma plataforma de constante discussão e contestação? O prestígio vem junto com a responsabilidade. Apesar do “entreter jornalístico” ou do uso de artifícios da ficção serem muito apontados como um empecilho para o fazer saber, quando usados com moderação, podem ser benéficos para trazer mais leitores e facilitar a disseminação de informação.

O curioso caso entre a mídia e Ted Bundy serve de base para tentar lembrar que nem tudo é preto no branco, como frequentemente foi comentado neste trabalho. Deve ser sempre lembrado que algumas verdades precisam ser questionadas: as aparências podem enganar; simples classificações podem levar a percepções enganosas; um jovem cativante que se assemelha ao seu vizinho pode sim ser um dos maiores assassinos em série do país; um texto jornalístico pode sim prender a atenção e ser crítico; e, principalmente, que nunca seja esquecido ou diminuído o compromisso das pessoas com o jornalismo e o dele com a sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta central deste trabalho foi discutir o dever do jornalismo diante da sociedade. Durante toda a jornada sobre a evolução dos jornais, vimos como o coletivo sempre questionou o papel e a conduta dessa instituição no funcionamento social. A partir da análise do compromisso dos jornais, ficou claro que informar não é o mesmo que entreter e que um espaço tão importante como o dessa instituição não pode ser deixado meramente na mão do seu público. Um dos ossos do ofício de ser jornalista é, muitas vezes, ter que contar a amarga verdade, a qual seus leitores podem não apreciar e, inclusive, criticar.

Apesar de trazer uma crítica à postura dos repórteres dentro de um caso específico, não é a intenção aqui questionar ou diminuir a importância e o bom trabalho desses profissionais. Muito pelo contrário, nos últimos anos, quando passamos a ver informações falsas, negacionistas e sem fundamentos serem distribuídas de maneira irresponsável, o espaço dos jornais e de todas as mídias tornou-se a principal fonte de informação — e os comunicadores aceitaram o desafio e ocuparam ainda mais esse lugar de questionamento e transmissão de fatos em um momento muito necessário. O intuito deste trabalho é exatamente enaltecer o lugar desses profissionais e não deixar que seja esquecida a sua importância e o seu destaque. Exatamente por estarem em evidência e serem vistos e procurados como fonte de conhecimento, é preciso que fique sempre claro esse dever e como outras funções adjacentes, se colocadas em primeiro lugar, podem ser prejudiciais à função principal que nos é tão importante.

Sob essa visão, este trabalho buscou estudar uma história que até hoje é muito lembrada, sobre a qual foram feitos filmes, livros e séries e que marcou o nosso imaginário. Pode-se dizer que muito desse impacto está ligado, principalmente, a dois fatores: o primeiro por tratar-se de um caso próximo aos leitores, que aconteceu em cidades vizinhas e que tinha como protagonista Ted Bundy, o cidadão comum, semelhante aos garotos nas propagandas ou com seus colegas de trabalho, e sua imagem foi vendida dessa forma; um segundo ponto é o misticismo ou o sentimento de proibido que envolve casos de assassinatos, ainda mais em massa e de forma violenta como os cometidos por Bundy, tudo isso comentado e televisionado até a exaustão.

Tais fatores não surpreendem a escritora e jornalista Rebecca Morris, mas a preocupam. Ela diz que “há um perigo em conferir a ele um ar romântico e mitológico. Em

meio a seu carisma e a lenda, perde-se a noção do quão impiedosos foram seus crimes. Foram mortes muito brutais” (apud DÍEZ, 2019)³⁹. O circo midiático da época realmente dificultou a tarefa de ater-se aos fatos frios e realistas de crimes tão violentos e, mais que isso, o caso Bundy ainda contou com outro dificultador de peso: a quebra de um mundo imaginário já bem estabelecido e todas as expectativas, confortos e a previsibilidade que ele engloba. Lippmann (2008) comenta como todos nós temos uma visão de mundo já ordenada sobre a qual se ajustam os nossos gostos, hábitos, nossas esperanças e onde tudo já tem um lugar conhecido, certas coisas funcionam assim, pessoas com essas características agem de tal forma, sendo tudo visto de forma previsível e segura.

O mesmo acontece com Ted Bundy a partir do momento que ele é visto como o bom jovem americano que estuda, trabalha, envolve-se com o bem estar da cidade e pode ter uma vida semelhante à de alguns leitores, passando a ser esperado dele um certo comportamento. Se o comportamento visto é diferente da expectativa, ele coloca à prova toda essa visão de mundo e essa estrutura a qual as pessoas já estão acostumadas e que lhes transmite segurança, “não surpreende, portanto, que qualquer distúrbio dos estereótipos parece ser um ataque nos fundamentos do universo. É um ataque nos fundamentos do nosso universo e, onde grandes coisas estão em risco” (ibidem, p. 96).

No entanto, não é, ou não deveria ser, uma preocupação do jornalismo trazer conforto ou informações que agradem seu público. Na visão do jornalista britânico John Wilson (apud GALLEG0-DÍAZ, 2012)⁴⁰, existe uma obrigação de exercer um jornalismo “desrespeitoso”, mas responsável. Ele comenta que os jornalistas

[...] desafiam questões que muitas pessoas prefeririam que fossem deixadas em paz, ameaçam valores que unem uma sociedade quando acreditam ter razões para fazê-lo, corroem o respeito se têm fatos que revelam que o respeito é descabido, e sacodem as instituições nas quais a sociedade confia para a estabilidade se descobrem que não estão fazendo seu trabalho. (Ibidem, tradução nossa)⁴¹

³⁹ Cf. nota 13 deste trabalho.

⁴⁰ Cf. GALLEG0-DÍAZ, Soledad. **Si te van a matar, no te suicides**. In: EL País online. 15 mar. 2012. Disponível em: <https://elpais.com/elpais/2012/03/15/opinion/1331836802_010235.html>. Acesso em: 30 mar. 2021

⁴¹ “[...] cuestionan temas que mucha gente prefiere que se dejen en paz, amenazan valores que cohesionan una sociedad cuando creen que tienen motivos para ello, erosionan el respeto si tienen datos que revelan que ese respeto está mal emplazado y agitan las instituciones en las que la sociedad confía para su estabilidad si descubren que no cumplen su función.”

O jornalismo traz a oportunidade de indagar, contrariar e discutir questões importantes para a sociedade como um todo, e apesar de poder também dificultar o trabalho dos governos ou destruir confianças e expectativas, ele faz isso quando pessoas ou situações não merecem confiança, quando os fatos e a realidade são necessários, mesmo que nem sempre saibamos ou percebamos isso.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Leonel Azevedo de. Entretenimento: valor-notícia fundamental. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 5, n. 1, p.13-23, jan./jun., 2008.
- BELO, Eduardo. 2006. **Livro-reportagem**. São Paulo: Contexto.
- BONIN, Robson. **Dilma e Lula sabiam de tudo, diz Alberto Youssef à PF**. In: VEJA. 23 out. 2014. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/dilma-e-lula-sabiam-de-tudo-diz-alberto-youssef-a-pf/>>. Acesso em: 9 out. 2020.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O quê é comunicação?** 22^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CANAL DE CIÊNCIAS CRIMINAIS. **David Berkowitz, o Filho de Sam**. In: JUSBRASIL. 2017. Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/516136413/david-berkowitz-o-filho-de-sam>>. Acesso em: 9 out. 2020.
- CASOY, Ilana. **Arquivos serial killers: Louco ou cruel? e Made in Brazil**. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2017.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. 2^a ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- _____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In : PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Orgs.). **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 11-27, 2005. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html>>. Acesso em: 9 out. 2020.
- COSTALES, J. O. **Noticia, Actualidad, Información**. Pamplona: Universidad de Navarra, 1966.
- CRIME INVESTIGATION. **Ted Bundy Crimes Files**. Disponível em: <<https://www.crimeandinvestigation.co.uk/crime-files/ted-bundy>>. Acesso em: 9 out. 2020.
- DEUTSCHE WELLE. **Charge sobre coronavírus em jornal dinamarquês irrita chineses**. 30 jan. 2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/charge-sobre-coronav%C3%ADrus-em-jornal-dinamarqu%C3%AAs-irrita-chineses/a-52205584>>. Acesso em: 9 out. 2020.
- DÍEZ, Beatriz. **Ted Bundy: quem foi o assassino em série que ainda intriga os EUA e virou tema de filme e série da Netflix**. In: BBC News Brasil. 13 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-47220321>>. Acesso em: 9 out. 2020.
- FARIAS, Luiz-Alberto de. **Opiniões Voláteis: opinião pública e construção de sentido**. São Paulo: Editora Metodista SP, 2019.
- FONTANA, Mônica. Os limites entre fato e ficção: Jornalismo Literário em perspectiva. **Anais do evento PG Letras 30 anos**, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, v. 1, p. 325-333, 2006. Disponível em: <<http://parlamidia.com/images/PDF/jornalismo-literatura.pdf>> Acesso em: 26 dez. 2020.

FREITAS, Digo. **Mamu & Le Fan**. In: Diário de Ideias Gráficas (quase) Originais. 25 mar. 2013. Disponível em: <<https://digofreitas.com/hq/jornal/>>. Acesso em: 08 jun. 2021

FRIENDS OF LAKE SAMMAMISH STATE PARK. **Notorious Serial Killer Leaves His Mark on Our Park**. 21 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.lakesammamishfriends.org/blog/2019/2/21/notorious-serial-killer-leaves-his-mark-on-our-park>>. Acesso em: 9 out. 2020.

GALLEGO-DÍAZ, Soledad. **Si te van a matar, no te suicides**. In: EL País. 12 mar. 2012. Disponível em: <https://elpais.com/elpais/2012/03/15/opinion/1331836802_010235.html>. Acesso em: 9 out. 2020.

GHZ. **Câmeras que multam quem passar sinal vermelho em Porto Alegre funcionariam a partir da meia-noite? É notícia falsa!** 16 jan. 2018. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/01/cameras-que-multam-quem-pasar-sinal-vermelho-em-porto-alegre-funcionariam-a-partir-da-meia-noite-e-noticia-falsa-cjcliisk01xe01ph7erpt4c5.html>>. Acesso em: 9 out. 2020.

GOULET, Matt. **The True Story of Ted Bundy's Execution**. In: MEN'S Health. 3 mai. 2019. Disponível em: <<https://www.menshealth.com/health/a27356135/ted-bundy-death/>>. Acesso em: 08 jun. 2021

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia: identidade e política entre o moderno e o pós moderno**. Bauru: EDUSC, 2001.

LAGE, Nilson. **Estrutura da Notícia**. São Paulo: Ática, 1987.

LAUREDO, Malcolm. **Serial Killer Ted Bundy Found the Spotlight During His Miami Trial**. In: MIAMI New Times. 4 fev. 2019. Disponível em: <<https://www.miaminewtimes.com/arts/ted-bundy-murder-trial-in-miami-foreshadowed-true-crime-fandom-11070191>>. Acesso em: 9 out. 2020.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis: Vozes, 2008.

LIVRARIA CRIMINAL. **Ted Bundy: Nascido para matar**. 5 jun. 2014. Disponível em: <<https://livrariacriminal.wordpress.com/2014/06/05/ted-bundy-nascido-para-matar-2/>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

MARQUES, José. **TVs e jornais lideram índice de confiança em informações sobre coronavírus, diz Datafolha**. In: FOLHA de S. Paulo. 23 mar. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/tvs-e-jornais-lideram-indice-de-confianca-em-informacoes-sobre-coronavirus-diz-datafolha.shtml>>. Acesso em: 2 dez. 2020.

MAZZARA, Bruno. M. **Estereótipos y prejuicios**. Madrid: Acento Editorial, 1999.

MCCALL, Cheryl. **The Enigma of Ted Bundy: Did He Kill 18 Women? Or Has He Been Framed?** In: PEOPLE. 7 jan. 1980. Disponível em: <<https://people.com/archive/the-enigma-of-ted-bundy-did-he-kill-18-women-or-has-he-been-framed-vol-13-no-1/>>. Acesso em: 15 mai. 2021.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial.** 2ª ed. São Paulo: Summus Editorial, 1988 [1978].

MURDERPEDIA. **Richard Eugene HICKOCK.** Disponível em: <www.murderpedia.org/male.H/h/hickock-richard-photos-1.htm>. Acesso em: 6 mar. 2021.

NIXON, Raymond. **Opinión Publica y Periodismo.** Quito: CIESPAL, 1967.

NORDHEIMER, Jon. **All-american boy on trial.** In: THE New York Times. 10 dez. 1978. Disponível em: <<https://bit.ly/3kclx86>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

O GLOBO. **Documento desmente versão apresentada por ministro da Educação na Câmara.** 7 jul. 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/documento-desmente-versao-apresentada-por-ministro-da-educacao-na-camara-25096284>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

OBSERVADOR. **Quem foi Ted Bundy, o psicólogo e *serial killer* que matou mais de 30 mulheres nos EUA?** 9 fev. 2019. Disponível em: <<https://observador.pt/2019/02/09/quem-foi-ted-bundy-o-psicologo-e-serial-killer-que-matou-mais-de-30-mulheres-nos-eua/>>. Acesso em: 9 out. 2020.

PELLOW, Deborah. **The Strange Case of Ted Bundy.** In: THE New York Times. 14 jan. 1979. Disponível em: <<https://bit.ly/3hPZW3S>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

PERÚ21. **Gremio periodístico de Guatemala condena assassinato de director de canal de TV.** 18 nov. 2020. Disponível em: <<https://peru21.pe/mundo/asesinato-en-guatemala-gremio-periodistico-condena-muerte-de-director-de-tv-nczg-noticia/>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

QUIROS, Felipe Tarroba Bernaldo. **La Información y el Periodismo.** Buenos Aires: EUDEBA, 1968.

RIVERO, J. **L'Opinion Publique, II.**

ROBERTS, Michael. **One Lawman's Unsettling Memories of Charming Serial Killer Ted Bundy.** In: WESTWORD. 7 out. 2015. Disponível em: <www.westword.com/news/one-lawmans-unsettling-memories-of-charming-serial-killer-ted-bundy-7203748>. Acesso em: 10 jul. 2021.

ROSA, Letícia. **A obsessão da cultura pop por *serial killers* nos anos 1980: Ted Bundy.** In: MEDIUM. 11 ago. 2019. Disponível em <<https://medium.com/@rosamachadole/a-obsess%C3%A3o-da-cultura-pop-por-serial-killers-nos-anos-1980-ted-bundy-ff111ccd59f5>>. Acesso em: 13 set. 2020.

SCHECHTER, Harold. **Serial killers: anatomia do mal.** Rio de Janeiro: Darkside Books, 2013.

SEIXAS, Tainá. **Correio é premiado por denúncias sobre candidatos laranjas do Pros no DF.** In: CORREIO Braziliense. 31 jul. 2020. Disponível em: <www.correiobraziliense.com.br>

/app/noticia/cidades/2020/07/31/interna_cidadesdf,877025/correio-e-premiado-por-denuncias-sobre-candidatos-laranjas-do-pros-no.shtml>. Acesso em: 10 jul. 2021.

SILVA, Marconi Oliveira da. A notícia como narrativa e discurso. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 4, n. 1, p. 49-64, 2007. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1TGF2dKBMK-SUAcKMoOI8R-Mu16dmTCmL/view>>. Acesso em: 13 set. 2020.

SOUZA, B.; SAIBRO, H. **Ted Bundy, o anjo da morte**. In: JUSBRASIL, Canal Ciências Criminais. 2016. Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.jusbrasil.com.br/artigos/342412056/ted-bundy-o-anjo-da-morte>>. Acesso em: 9 out. 2020.

SEWELL, Dan. **Ted Bundy's murderous charm still polarizes, 40 years later**. In: THE Denver Post. 9 fev. 2019. Disponível em: <www.denverpost.com/2019/02/09/ted-bundys-murderous-charm-40-years-later/>. Acesso em: 13 set. 2020.

THE NEW YORK TIME. **TimesMachine**. Disponível em: <<https://timesmachine.nytimes.com/browser>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

THE PUBLIC DOMAIN REVIEW. **Cartoons: The era of Yellow Journalism, the fake news of the 19th century**. In: SCROLL.in. 1 mar. 2017. Disponível em: <<https://scroll.in/article/830110/cartoons-the-era-of-yellow-journalism-the-fake-news-of-the-19th-century>>. Acesso em: 13 set. 2020.

WATANABE, Ingrid. **O jornalismo tendencioso nosso de cada dia**. In: MEDIUM. 7 jan. 2018. Disponível em: <<https://medium.com/@ingrid.gury/o-jornalismo-tendencioso-nosso-de-cada-dia-575e97b2c8d5>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

WHAT'S in his past? In: THE New York Times. Mar. 1978. Disponível em: <<https://bit.ly/3wvrh0v>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

ANEXO A — Reportagem *All-American Boy on trial*

Disponível em: <<https://bit.ly/3kcIx86>>.

ANEXO B — *The Strange Case of Ted Bundy* na sessão *Letters to editor*

Disponível em: <<https://bit.ly/3hPZW3S>>.

ANEXO C — Reportagem *What's in his past*

Disponível em: <<https://bit.ly/3wvrh0v>>.